REVISTA unisan

Ciências Humanas

Criador: Nastco Crédito: Getty Images/iStockphoto
https://www.pfizer.com.br/sites/default/files/inline-images/vacinas_e_epidemias.jpg

ISSN 1980 -1742
Ano 16 – Número 35 – Março de 2021

Todos os direitos desta edição estão reservados*

REVISTA unisan CIÊNCIAS HUMANAS

Ano 16, Número 35, Março de 2021
ISSN 1980-1742

FICHA TÉCNICA

Reitor da UNISAN	Anunciato Storópoli Neto
Assessor da Reitoria	Gabriel Sassi Storópoli
Conselho Editorial	Antonio V. B. Mota Fº - UNICAMP/ École des Haut Étude en Science Sociale (Paris) Gabriel Sassi Storópoli - UNISAN Silvia Sassi Storópoli - UNISAN
Corpo Editorial	Francisca Gorete Bezerra Sepúlveda Jorge Luiz Barros da Silva Paulo de Tarso Santini Tonon
Edição e editoração	Paulo de Tarso Santini Tonon

unisan
centro universitário sta rita

Unidade Jaçanã: Avenida Jaçanã, 648 – Jaçanã São Paulo – SP – CEP 02273 001
http://www.santarita.br
Telefone (11) 2241 – 0777

** permitida a livre reprodução e divulgação, desde que a fonte seja adequadamente citada*

CAPA

Criador: Nastco Crédito: Getty Images/iStockphoto
https://www.pfizer.com.br/sites/default/files/inline-images/vacinas_e_epidemias.jpg

Era final de maio de 2020. O mundo assistia impotente à pandemia da Covid-19, que avançava desgovernada, país após país, no que mais tarde seria chamado de "a primeira onda" de infecções. Depois que China, Itália e Reino Unido se tornaram os epicentros da pandemia, vieram as cidades dos Estados Unidos, especialmente Nova York. Daí, no final do outono, o coronavírus se espalhou pela América do Sul. Em 27 de maio, o Chile e o Peru, tinham atingido as maiores taxas de infecção per capita do mundo , de acordo com a *Our World in Data* (OWID), um site de estatísticas independente com sede na Universidade de Oxford. O Chile estava se aproximando rapidamente de 80 mil infecções e mais de 800 pessoas já haviam morrido até então.

Avance nove meses e o Chile estará em uma categoria totalmente diferente. Enquanto alguns países latino-americanos ainda não receberam nenhuma vacina, a nação andina de 19 milhões de habitantes já havia aplicado mais de um milhão de doses da vacina até 9 de fevereiro de 2021. Eram dois milhões na segunda-feira (15) e o ritmo de vacinação continua acelerado. Com 12,43 vacinados para cada 100 pessoas, o Chile agora tem o quinto melhor índice de vacinação per capita no mundo depois de Israel (79,48), Emirados Árabes Unidos (53,43), Reino Unido (24,3) e Estados Unidos (17). O país está se saindo ainda melhor que a União Europeia (5,19) e a China (2,82) e sua taxa é quatro vezes melhor que a do Brasil, que tem a segunda melhor taxa da América Latina (2,77), segundo dados da base de dados OWID de Oxford. Como o Chile conseguiu mudar as coisas de forma tão radical? Primeiro, o governo chileno decidiu muito cedo não poupar esforços para adquirir uma vacina – qualquer vacina – e providenciou a compra de 35,7 milhões de doses até agora, o que significa que terá a capacidade de vacinar mais de 90% de sua população.

Rafael Romo, da CNN
20 de fevereiro de 2021 às 15:45 | Atualizado 20 de fevereiro de 2021 às 15:56
https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/02/20/como-o-chile-se-tornou-um-lider-na-vacinacao-contra-covid-19

CIVILIZAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA

Paulo de Tarso Santini Tonon

Como pesquisador, professor e profissional de saúde mental, compreendo perfeitamente como se torna mais fácil politizar e ofertar opiniões – algumas completamente delirantes – sobre a pandemia que assola nosso planeta, que encarar a impotência e o desespero que se abate sobre todos os seus habitantes, sem exceção.

Nosso narcisismo e o pretencioso desejo de onipotência, feridos mortalmente pela enorme perda de vidas e o desmantelamento das economias, só pode encontrar guarida neurótica na identificação com figuras autoritárias e negacionistas que, em nosso país não demonstram pudor em propagar – a partir dos cargos de autoridade que ocupam - idéias corrompidas e distantes das realidades que os cientistas e pesquisadores demonstram com dados fartos e extensos.

Diante de posições polarizadas, pode parecer razoável não negociar um imunizante cuja fabricação se deu em um país que adota regime político diverso daquele que foi adotado pelo país comprador... o que se pretende provar? Que não precisamos uns dos outros? Que a solução desse enorme problema é individual ou regional, ou ainda ideológico, questão de opinião ou de crença?.

A imunização não é uma medida de proteção pessoal, como podemos facilmente ser levados a acreditar. Trata-se de uma medida de saúde pública, na qual a imunização individual serve à imunidade coletiva. Tem como base a responsabilidade de todos pela saúde e o bem estar de todos... como cogitar se a disposição em se vacinar possa decorrer de simples liberdade de escolha?

Em nosso abandono macunaímico, somos levados a escolher entre um e outro líder, cujas ações os levarão a serem merecedores de nossos votos em futuro próximo. Nesse formato, tendemos a acreditar que vacinar as populações cujas consequências do contágio seriam mais drásticas seria mais razoável que imunizar aqueles que estão mais expostos, como cobradores de ônibus, motoristas de aplicativos, professores, usuários de transportes públicos... Tais escolhas se tornam dramáticas na exata medida em que, por falta de previsão e de visão de futuro, as doses disponíveis se mostram insuficientes para a promoção da saúde pública.

Ao lado desses descalabros de nossos governantes, temos a manifestação saliente, imatura e irresponsável daqueles que ainda se aglomeram em festas, aproveitam o fechamento doas atividades não essenciais para viajar, ou crêem que alguma divindade os protegerá da doença... Como cuidar da saúde pública sem que haja responsabilidade de todos e de cada um de nós?

A manutenção da civilização e da cultura exige de todos um grande sacrifício, ao mesmo tempo que nos premia com alguma segurança e conforto. É assustador constatar que nós, seres humanos ainda acreditamos firmemente que nosso conforto e bem estar pessoal se sobrepõem ao interesse e à sobrevivência da nossa espécie e de outras das quais dependemos para sobreviver.

APRESENTAÇÃO

A Revista UNISAN é uma publicação eletrônica do Centro Universitário Santa Rita, que objetiva o desenvolvimento e a democratização do acesso ao conhecimento.

Compreendemos como nossa missão levar ao conhecimento do mundo acadêmico, trabalhos de nossos professores e pesquisadores da nossa e de outras instituições de ensino superior, além de trabalhos de alunos que, em parceria com seus orientadores, se destacaram em qualidade e importância.

Esperamos que os artigos publicados nesta edição, além de promoverem partilhamento de informações e conhecimentos com outros pesquisadores, possam motivar cada vez mais a produção do conhecimento, tão necessária em nossos dias.

Boa leitura e até a próxima edição!

O editor

SUMÁRIO

ARTIGOS

1 - **O CASO SCHREBER E O APARELHAMENTO IDEOLÓGICO DO ESTADO PELA PARANÓIA**
Armando Takeo Ishibashi Junior e Luis Antonio da Silva..... 6

2- **GESTÃO PARTICIPATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**
Alex Sandro Tomazini 18

3- **A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NAS EMPRESAS**
Júlia Fernanda Borges Vicente e Paulo Sergio Pereira da Silva 27

4- **INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE**
Alex Sandro Tomazini 45

5- **O PAPEL DO TUTOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**
Alex Sandro Tomazini 52

ENSAIOS

1- **O MERCADO FINANCEIRO E A PSICOLOGIA DO DINHEIRO**
Milena Souza e Luis Antonio da Silva..... 61

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO.....64

O CASO SCHREBER E O APARELHAMENTO IDEOLÓGICO DO ESTADO PELA PARANÓIA

Armando Takeo Ishibashi Junior
Mestre em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Empresarial e Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Graduado em Direito pela Universidade Paulista (UNIP). Professor do Curso de Direito do Centro Universitário Santa Rita (UNISAN). Advogado licenciado. Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
armando_takeo@hotmail.com

Luis Antonio da Silva
Mestre em Administração, Comunicação e Educação pela Universidade São Marcos.
Pós graduado em MBA de Gestão Empresarial pela Uninove.
Formado em Psicologia pela Universidade São Marcos.
Organização e Gestão de Eventos pela Anhembi-Morumbi.
Especialista em Saúde e Educação pela Vivendo Melhor.
Acompanhante Terapêutico pelo Grupo Vivência.
Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Santa Rita (UNISAN).
Psicólogo Clínico e Consultor Master em Recursos Humanos.
luisantonio.psicologo@outlook.com

RESUMO:
O presente estudo pretende apresentar uma análise do caso clássico de paranóia que acometeu o importante jurista austríaco Daniel Paul Schreber, e as interpretações que foram realizadas por importantes pensadores do século XX, principalmente por Sigmund Freud, Walter Benjamin, Elias Canetti e Jacques Lacan, a respeito das paranóias e dos delírios que acometerem aquele renomado jurista que, inclusive, expressou seu sofrimento psíquico por intermédio de sua autobiografia intitulada *Memórias de um doente dos nervos*.

Palavras-chave: *Caso Schreber; Aparelhamento; Ideológico; Estado; Paranóia.*

THE SCHREBER CASE AND THE IDEOLOGICAL APPARATUS OF THE STATE BY PARANÓIA

ABSTRACT:
This study aims to present an analysis of the classic case of paranóia that affected the important Austrian jurist Daniel Paul Schreber, and the interpretations that were made by important thinkers of the 20th century, especially by Sigmund Freud, Walter Benjamin, Elias Canetti and Jacques Lacan, regarding the paranóia and delusions that this renowned jurist, who even expressed his psychic suffering through his autobiography entitled Memoirs of a Nervous Patient.

Keywords: *Schreber Case; Equipment; Ideological; State; Paranóia.*

INTRODUÇÃO

A aproximação entre o estudo do Direito e a Psicanálise, ou a própria Psicologia, pode apresentar algumas relevantes contribuições, principalmente quando analisado o caso clássico de paranóia que acometeu o importante jurista austríaco Daniel Paul Schreber. Este notório caso clínico rendeu interessantes interpretações que foram realizadas por importantes pensadores do século XX, principalmente por Sigmund Freud, Walter Benjamin, Elias Canetti e Jacques Lacan, a respeito dos delírios que acometeram este renomado jurista que, inclusive, expressou seu sofrimento por intermédio de sua autobiografia intitulada *Memórias de um doente dos nervos*[1].

Esta abordagem inicial se faz necessária para que possamos analisar a possibilidade do aparelhamento ideológico do Estado, na esteira da teoria desenvolvida por Louis Althusser, por agentes públicos acometidos por pensamentos paranóicos.

Desta forma, analisaremos as conclusões que foram apresentadas por Freud, a partir da teoria da sexualidade, presente no artigo de 1911, *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia (dementia paranóides) relatado em autobiografia ("O caso Schreber")*, para em seguida observarmos as contribuições de Walter Benjamin, em texto intitulado *Crítica da violência: crítica do poder*, que estudou o caso Schreber pela perspectiva da degradação do poder. Na sequência a exposição será direcionada para os estudos da estruturação e sentidos da linguagem de Lacan, presente no Seminário 3, nas reflexões contidas no caso "*Eu venho do Salsicheiro"*. Após esta análise inicial, a exposição será direcionada para os estudos de Canetti, pela perspectiva do detentor do poder, e sua proximidade com o estado paranóico.

Após, concentraremos nossas reflexões na teoria dos *Aparelhos Ideológicos do Estado* de Louis Althusser, momento em que aproximaremos o estudo da paranóia aos mecanismos de aparelhamento do Estado, para ao final apresentar nossas considerações a respeito do caso Schreber.

1. O caso Schreber

Daniel Paul Schreber (1842-1911) recebeu seu nome a partir da junção dos patronímicos de seus pais. Daniel Gottlob Moritz Schreber e Pauline Schereber. Descendente de uma importante família de protestantes burgueses, e famosos educadores da Alemanha[2]. Teve em seu pai, um renomado médico ortopedista, que criou diversos instrumentos para o controle do corpo, e que introduziu na Alemanha a ginástica médica, uma figura de relevante influência. Assim como seu pai, o próprio Schreber era um intelectual de primeira grandeza. Foi doutor em Direito, e juiz presidente da Corte de Apelação da Saxônia.

A família de Schreber foi acometida de uma série de tragédias, nas quais destacamos o caso do seu irmão, que cometeu suicídio com um tiro, aos 38 anos de idade. Sua irmã mais nova Sidonie, morreu como doente mental.

O caso Schreber, é uma autobiografia sobre a paranóia. O curioso da obra de Schreber é que esta conta com a característica de ser uma peça de defesa jurídica que foi por ele apresentada na tentativa de retornar ao cargo de Presidente da Suprema Corte de Apelação da Baixa Saxônia.

Schreber relata que foi acometido por surtos paranóicos, em duas ocasiões. O primeiro episódio teria ocorrido após ter sido derrotado no parlamento, e o segundo por ocasião da sobrecarga de trabalho decorrente do exercício do cargo de presidente da Corte de Apelação de Chemnitz.

---

[1] SCHREBER, Daniel Paul. **Memórias de um doente dos nervos.** Tradução Marilene Carone. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 110-111.

[2] Para um estudo sobre o contexto social da Alemanha durante o período da formação de Schreber conferir a seguinte obra de Eric Santner: **A Alemanha de Schreber**. **Uma história secreta da modernidade.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

Sua primeira hospitalização psiquiátrica deu-se aos 42 anos de idade. Esta crise, segundo o próprio relato do paciente, teria durado por bastante tempo, sendo diagnosticado como uma "hipocondria grave", que pode ser resumido pelo medo intenso e prolongado de ter uma doença grave. Durante a etapa de sua doença, foi acompanhado profissionalmente pelo professor Paul Emil Flechsig, que era o psiquiatra mais importante da época, o qual aparentemente havia obtido um grande êxito na sua recuperação.

A figura de Flechsig é extremamente relevante na obra de Schreber, sendo o principal alvo dos ataques de seu antigo paciente. Vale dizer que o Dr. Flechsig foi uma importante autoridade na psiquiatria alemã, sendo, inclusive, nomeado como diretor do Instituto Clínico de Psiquiatria e Neurologia de Leipzig. Sua contribuição para o desenvolvimento da psiquiatria e neurociência rendeu-lhe a criação do Instituto Paul-Flechsig de Pesquisa Cerebral da Universidade de Leipzig.

Pode-se dizer que Schreber conheceu as obras de Freud, tanto é que indicou no capítulo VI de suas memórias ter recorrido a leitura dos textos de um importante médico dos nervos, um neurologista vienense, judeu e famoso nas regiões eslavas da Áustria, já conhecido na Alemanha, que teria condições de rivalizar com o Flechsig e cuja alma teria o poder de entrar em sua cabeça. Nas palavras do próprio Schreber:

> Quanto ao estômago, já durante a minha estada no sanatório de Flechsig o neurologista vienense mencionado no capítulo V tinha me posto, por meio de milagre, um estômago muito inferior, chamado “estômago de judeu”, no lugar do meu estômago sadio natural. Mais tarde, durante um certo tempo os milagres se dirigiram de preferência contra o estomago; por outro lado, porque as almas não me concediam o prazo dos sentidos associado à ingestão de alimentos, por outro, porque elas se consideravam melhores que o homem, que necessita do alimento terreno, e por isso tendiam a considerar com certo desprezo tudo que se relacionava a comer e beber[3].

Em seu texto também estão presentes o antissemitismo e a ideia de que os arianos representam uma raça superior, pensamentos estes que marcavam a sociedade alemã da época de Schreber.

Schreber faleceu em 14 de abril de 1911, ou seja, após oito anos da apresentação de suas memórias.

2. A leitura de Schreber por Freud

Schreber foi um paciente que Freud não viu, mas que estudou a partir da publicação da obra Memória de um doente dos nervos em 1903, texto este que recebeu censuras e supressão em diversos trechos. Freud publicaria em 1911 suas observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia (dementia paranóides), ou seja, exatamente três anos de divulgar suas conclusões a respeito do caso do *Homem dos Lobos*, este que foi o caso principal usado por Freud para provar a validade da Psicanálise. O homem dos lobos consistiu na interpretação do sonho que o paciente, um conhecido aristocrata russo chamado Pankejeff, teve enquanto criança. No relato do sonho, ele descreveu a existência de uma enorme árvore rodeada de lobos brancos que lhe causavam medo de ser devorado. Freud interpretou esse sonho como sendo um possível momento em que o paciente teria testemunhado a cópula entre animais, ou até mesmo, o sexo entre seus pais, em uma posição de submissão da mãe.

Para Freud, no que se refere à condição psicológica de Schreber, a primeira recaída teria sido responsável pela deflagração de fantasias homossexuais de desejo no mesmo, e o processo de defesa desta fantasia é que teria sido a causa da segunda crise mais, sendo essa mais aguda em relação à paranóia.

A partir dessa crise então Schreber passa a desenvolver um comportamento paranóico com forte conteúdo religioso,

[3] SCHREBER, Daniel Paul. **Memórias de um doente dos nervos.** Tradução Marilene Carone. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 110-111.

acreditando tratar-se de um verdadeiro redentor da humanidade, "uma vez que Deus queria copulá-lo para gerar uma raça de humanos perfeitos e irrepreensíveis moralmente". Além disso, "era constantemente atingindo por raios elétricos que impediam o adequado funcionamento de seus órgãos e sentidos vitais". Contudo, dado seu caráter divino, Schreber afirmava que "era capaz de resistir a estes ataques, sem sofrer qualquer mal".

Outro relato curioso que é apontado por Freud, e que consta de suas memórias, corresponde à descrição de constantes visitas de passáros que Schreber acreditava contarem com poderes miraculosos, "uma vez que eram os responsáveis por curá-lo do constante processo de degeneração física que o acometia".

Freud analisa o delírio de Schreber como uma tentativa de reconstrução do mundo, ou seja, uma forma de estabilizar o caos presente na mente humana diante de uma realidade que lhe é insuportável.

Logo, as tentativas de interpretação de Freud para o caso Schreber apontam para as seguintes conclusões:

a) *Os pássaros milagrosos.* Corresponde a visão peculiar de Schreber em relação às mulheres de sua época. O pensamento dominante da Alemanha de Schreber apontava pela descrença de que as mulheres poderiam ser responsáveis pela elaboração de pensamentos sofisticados. Freud propõe, portanto, que os pássaros devem ser interpretados como mulheres com cérebro de pássaro[4].

b) *A Perseguição de Fleching.* Para o psicanalista vienense, a paranóia que Schreber desenvolveu em relação com seu médico anterior representa, a bem da verdade, certa devoção a aquele que "tentou auxiliá-lo em seu processo de ressignificação". Contudo, esta paranóia avançaria para uma inclinação erótica, isto em razão dos constates relatos de medo de abuso sexual, tanto é que acusou Fleching de assédio. Por fim, Freud apresenta um possível acesso ao desejo homossexual que teria sido reprimido por Schreber ao longo de sua vida. Importante observar que, neste ponto, Freud preocupou-se em "não violar a honra do Presidente Schreber", ao considerar analisar a *irrupção de um impulso homossexual* como o fundamento de sua doença[5].

c) *A figura de Deus.* A presença de Deus na narrativa de Schreber foi interpretada por Freud como sendo decorrente de um processo de transferência, que representava, em certos momentos, a figura do pai, isto quando se referia ao Deus superior, e ao irmão mais velho, ao afirmar a existência de uma divindade inferior[6].

d) *O sol.* Na análise de Freud os raios representam o símbolo sublimado do pai, e também, a ameaça de castração. Neste ponto percebemos que o pai de Schreber exerceu grande influência em seu processo de formação, uma vez que as diversas figuras que atormentavam suas memórias remetem diretamente para a figura paterna[7].

e) *A transformação em mulher.* A partir da leitura das memórias de Schreber, precisamente na passagem que indica não ter sido "*agraciado por Deus com a possibilidade da paternidade"*, Freud conclui que a visão da emasculação corresponde à frustração pela ausência de filhos, argumento este que é reforçado pela afirmação do próprio Schreber de que "Deus pretendia copulá-lo para gerar filhos dotados de uma moral severa e condizente com a raça ariana"[8].

Após apresentar sua tentativa de interpretar o caso Schreber, Freud elabora uma importante contribuição para o estudo da psicanálise, que é a forma pela qual se desenvolve o mecanismo da paranóia. Na sua abalizada visão, para defender-se de uma fantasia de desejo homossexual, reage-se

[4] FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (O caso Schreber): artigos sobre técnica e outros textos. In: Obras Completas, Volume 10.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 48-49.

[5] Ob. cit., p. 55-64.
[6] Ob. cit., p. 65-71.
[7] Ob. cit., p. 71-74.
[8] Ob. cit., p. 75-78.

precisamente como um *delírio persecutório* de tal espécie[9].

Durante o processo de formação da personalidade, precisamente na etapa de *narcisismo*, pelo qual ocorre o desenvolvimento da libido, passa-se do caminho do autoerotismo ao amor objetal. Contudo, se considerarmos os rigorosos métodos educacionais a que foi submetido, Schreber teria rompido com esta etapa, aprisionando-se, assim, no narcisismo. Já a *erotomania*, que é a convicção delirante de que uma pessoa estaria secretamente apaixonada por ele, no caso, o próprio Dr. Fleching, decorreria em função de um possível abuso de medicamentos que foram ministrados durante seu primeiro tratamento. Por fim, Freud aponta o delírio ciumento como sendo uma das etapas encontradas na paranóia. No caso de Schreber esta perturbação decorreria de um sentimento/desejo homossexual não correspondido[10].

A leitura por Freud do caso Schreber apresenta ainda, uma importante constatação, que é o fato de que "o paranóico reconstrói o mundo de uma forma no qual se mostra possível viver"[11]. E que "constrói o mundo mediante o trabalho de seu delírio"[12]. Trata-se, portanto, de uma tentativa de cura que é buscada pelo próprio doente.

3. Walter Benjamin e a crítica da violência presente na obra de Schreber

Associado à Escola de Frankfurt[13] e à Teoria Crítica, Walter Benjamin, um importante filósofo e sociólogo judeu alemão, publicaria, três anos após encontrar em um sebo um exemplar das "memórias", precisamente em 1921, o ensaio *Para uma crítica da violência*[14], abordando o tema da decadência presente na obra de Schreber.

Benjamin parte da análise da expressão *Gewalt*, que pode significar ao mesmo tempo violência e poder para demonstrar a origem do direito, e o próprio Poder Judiciário, a partir do espírito da violência, que para o filósofo germânico decorre da própria noção de poder instituinte e poder mantenedor.

Portanto, nesta análise da violência revela-se a deterioração do próprio poder, uma vez que a ordem jurídica é sustentada por um enunciado tautológico. A lei é a lei.

A visão do corpo putrefato presente no texto de Schreber serve de mote para as críticas de Benjamin ao próprio Poder Judiciário, notadamente pelo aspecto de sua legitimidade para o exercício da violência.

A institucionalização do direito é a própria institucionalização do poder e, consequentemente, a manifestação imediata da violência.

4. Schreber e a doença do poder. A análise das memórias por Elias Canetti

A obra do bibliográfico Elias Canetti, *Massa e Poder*, foi publicada em 1960, sendo, portanto, um texto do pós-segunda guerra. Canetti busca analisar a formação das massas e o papel que os detentores do poder exercem sobre ela. O tema central desta obra é, portanto, a psicologia das massas.

Na última parte de seu texto Canetti analisa o famoso caso Schreber, que para ele se trata de uma obra que permite chegar bastante próximo da natureza da paranóia, e consequentemente, da compreensão da figura dos ditadores que devastaram o mundo no

[9] Ob. cit., p. 79.

[10] FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (O caso Schreber): artigos sobre técnica e outros textos. In: Obras Completas, Volume 10.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 80-86.

[11] Ob. cit., p. 94.

[12] Ob. cit., p. 94.

[13] Os frankfurtianos rivalizaram com grandes nomes da Escola de Viena, círculo filosófico este que buscava apresentar um método científico verdadeiro como base para todos os demais métodos. Influenciados pela matemática e a lógica, principalmente de Wittgenstein, buscaram realizar uma interpretação empírica dos fundamentos do conhecimento.

[14] Editor, R. Crítica da violência: crítica do poder - WALTER BENJAMIN. ***Revista Espaço Acadêmico***, *2*(21). Recuperado de http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46277.

século XX, principalmente a partir da Europa continental.

Nas palavras de Canetti:

> Quero destacar aqui alguns dos traços mais notáveis de seu sistema tanto quanto é possível fazê-lo com brevidade. Parece-me que, por meio desse caso, pode-se chegar bastante próximo da natureza da paranóia. Se outros, examinando-o, chegam talvez a outras conclusões, constituirá isso tão somente uma prova da riqueza dessas *Memórias*[15].

Assim, para o pensador em questão o indivíduo paranóico e o ditador sofrem da mesma doença: a doença do poder. O paranóico é alguém que manobra as massas[16].

Desta forma, tanto o indivíduo paranóico, como o ditador se valem do poder para reordenar o mundo. O paranóico reordena seu mundo na tentativa de obter salvação para si. Já o ditador reorganiza o mundo como forma de promover a salvação, tanto para ele mesmo, quanto para os súditos.

Isso ocorre porque, para Canetti, assim como Schreber o titular o poder se considera como sendo o único ser humano sobrevivente, característica esta que representa a mais profunda tendência de todo detentor do poder ideal. Logo, manda para a morte os outros para que ele mesmo seja poupado dela.

> Schreber via-se a si próprio como o *único* ser humano real que restara. As poucas figuras humanas que seguia vendo – seu médico, os enfermeiros da clínica ou os demais pacientes, por exemplo - considerava-as mera aparência. Eram "homens feitos às pressas", apresentados a ele apenas para confundi-lo. Chegavam sob a forma de sombras ou imagens, e logo dissolviam-se novamente; naturalmente, ele não os levava a sério. Os seres humanos reais haviam todos sucumbindo. *O único vivo era ele*. Tal fato não lhe foi revelado em visões isoladas, tampouco deu lugar a opiniões contrárias: Schreber estava firmemente convencido dele havia anos. Essa sua crença própria matizou todas as suas visões do fim do mundo[17].

Outro aspecto curioso com relação a abordagem que Canetti realizou sobre o *Caso Schreber* diz respeito a refutação da conclusão de Freud, no sentido de que a paranóia decorreria de eventuais disposições homossexuais recalcadas do presidente Schreber. Diferentemente da posição do fundador da psicanálise, Canetti aponta que a paranóia pode ser desencadeada por outros fatos que não a homossexualidade, mas que apontam para a *estrutura* e o *povoamento* do delírio[18].

Ponto que também merece destaque é a denominada inviolabilidade das palavras. O paranóico busca apreender o mundo em sua totalidade por meio das palavras, como se "a língua fosse um punho a encerrar o mundo dentro de si" (aqui percebe-se uma alusão ao simbolismo das mãos de Hitler que constantemente cerra os punhos para demonstrar sua força)[19].

O sentido de posição, ou seja, o local onde esse indivíduo está ou se coloca, é essencial para o paranóico, com o propósito de demonstrar a "superioridade do poder". Além disso, o paranóico, por princípio, sente-se cercado de inimigos, jamais se deixando enganar. É aquele que enxerga através das coisas. A presença de um inimigo é uma das características básicas da paranóia. No caso do sonho relatado por Schreber, a figura do estábulo presente na paranóia retrata uma experiência de massa, que nada mais é do que um processo de metamorfose, na qual o indivíduo se dissolve na massa.

Destacando o aspecto sagrado do poder, Canetti analisa o período de imobilidade descrito por Schreber como sendo uma questão de autopreservação, característica esta que é comumente exercida pelo detentor do poder como condição básica

[15] CANETTI, Elias. **Massa e Poder.** Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 548-549.
[16] Ob. cit., p. 556.
[17] CANETTI, Elias. **Massa e Poder.** Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019, p. 558.
[18] Ob. cit., p. 568.
[19] Ob. cit., p. 571.

para preservação da sua condição de liderança política[20].

Por fim, e com relação a experiência da penetração do corpo por raios, conforme descrita por Schreber, indica Canetti que se tratava, a bem da verdade, de uma forma de comprovar a invulnerabilidade, ou seja, a capacidade de suportar, ao máximo possível, as investidas de seus inimigos, experiência esta que fortalecia seu corpo, algo próximo do comportamento de alguns ditadores que propagam a capacidade de resiliência frente as investidas de seus adversários[21].

A partir da leitura da obra de Canetti podemos verificar também a questão da investidura simbólica, que para o sociólogo francês Pierre Bordieu (1930-2002), corresponde um processo pelo qual o indivíduo, investido em um mandato simbólico, utiliza para exercer um novo status social, impregnando assim, sua identidade na comunidade. Esta mudança significativa de comportamento apresenta uma certa *magia performativa*, uma vez que os indivíduos "se tornam quem são", e assumem a essência social que lhes é atribuída através de nomes, títulos, diplomas, postos, honrarias e coisas similares.

Desse modo, para Bourdieu:

> Assim, todas as estratégias simbólicas por meio das quais os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo podem situar-se entre dois extremos: o insulto, *idios logos* pelo qual um simples particular tenta impor o seu ponto de vista correndo o risco da reciprocidade; a *nomeação oficial*, acto de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do colectivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do *monopólio da violência simbólica legítima*[22].

Assim, a violência simbólica se daria justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições. O conceito foi definido por Bourdieu como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a prática, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo.

5. A análise da paranóia sob a perspectiva da linguagem. A contribuição de Lacan na interpretação do caso Schreber

Jacques Lacan (1901-1981) dedicou o seminário ministrado em 7 de dezembro de 1955, e que é Livro 3, do Seminário, para trabalhar o caso *Eu venho do salsicheiro*. Este seminário, na concepção de seu palestrante, não tratou de apontar um simples método de interpretação psicanalítico, tampouco uma singela interpretação do texto de Freud a respeito do *Caso Schreber*.

A proposta de Lacan, com esta exposição, era realizar uma nova hermenêutica a respeito dos distúrbios da mente humana. Desta forma, a interpretação não deveria se dar apenas em relação ao sujeito, tal como havia sido realizado por Freud, mas na forma como neurótico e o psicótico compreendem o mundo exterior.

Nas próprias palavras de Lacan:

> Quando falamos de neurose, fazemos desempenhar um certo papel, a uma fuga, a uma evitação, no qual um conflito com a realidade tem seu lugar. Tenta-se designar com a noção de traumatismo, que é uma noção etiológica, a função da realidade no desencadeamento da neurose. Isso é uma coisa, mas outra coisa é o momento da neurose em que se produz no sujeito uma certa ruptura com a realidade. De que realidade se trata? Freud sublinha isso logo de saída, a realidade que é sacrificada na neurose é uma parte da realidade psíquica.
> Já aqui entramos numa distinção muito importante – a realidade não é homônima de realidade exterior. No momento em que desencadeia sua neurose, o sujeito elide, escotomiza como se disse depois, uma parte de sua realidade psíquica, ou, uma outra linguagem, de seu id. Essa parte é esquecida, mas continua a fazer-se ouvir. Como? De uma forma que é aquela sobre a

[20] Ob. cit., p. 580.
[21] Ob. cit. p. 584-586.
[22] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 146.

> qual todo o meu ensino insiste – de uma forma simbólica[23].

A distinção entre *neurose* e *psicose* resulta do fato de que, na neurose, o indivíduo é consciente de que tem uma doença, e por conta dessa realidade, o procura ou busca uma maneira de se adaptar/suportar essa realidade, e a forma como o faz, se dá por um processo de fuga, que corresponde a perversão da realidade. A neurose é um mito individual contendo uma estrutura arquitetônica própria de pensamento. Trata-se de um problema na ordem do mundo simbólico. A neurose se manifesta pela histeria, obsessão e fobia.

Por outro lado, na *psicose* ocorre um problema na ordem da inscrição da noção de realidade, retornando não no mundo simbólico, mas no real com a ocorrência, em alguns casos de delírios ou alucinações.

Dessa maneira, esclarece Lacan que:

> Muitas passagens da obra de Freud testemunham que ele sentia a necessidade de uma plena articulação da ordem simbólica, pois é disso de que se trata para ele na neurose. A que ele opõe a psicose, em que é com a realidade exterior que em certo momento houve buraco, ruptura, dilaceração, hiância. Na neurose, é no segundo tempo, e na medida em que a realidade não é plenamente rearticulada de maneira simbólica no mundo exterior, que há no sujeito, fuga parcial da realidade, incapacidade de enfrentar essa parte da realidade, secretamente conservada, na psicose, ao contrário é a própria realidade que é em primeiro lugar promovida de um buraco, que o mundo fantástico virá em seguida cumular[24].

Portanto, para Lacan o sujeito neurótico realiza uma intepretação peculiar do mundo real, ou seja, apresenta uma nova forma de articulação da ordem simbólica. O sujeito projeta algo que está fora da simbolização geral que estrutura o sujeito. O que caracteriza as relações do sujeito com o exterior é antes a perplexidade.

[23] LACAN, Jacques-Marie Émile. **O Seminário, livro 3. As psicoses. 2ª edição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 56.

[24] LACAN, Jacques-Marie Émile. **O Seminário, livro 3. As psicoses. 2ª edição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, p. 56-57.

6. Althusser e o aparelhamento ideológico da paranóia

Louis Althusser (1918-1990) nasceu na Argélia, mas viveu grande parte da sua vida na França, onde viria a falecer em 22/10/1990, aos 72 anos. Filósofo francês, formou-se na tradicional École Suérieure em Paris. O dicionário do pensamento social do século XX, organizado por William Outhwaite e Tom Bottomore definem Althusser como um Comunista[25].

Foi combatente na 2ª Guerra Mundial, razão pela qual teve seus estudos superiores interrompidos. Terminada a guerra retoma seus estudos na Escola Normal Superior, em Paris. Em 1948 torna-se professor da Escola Normal Superior, lecionando até o ano de 1980.

Sua vida foi marcada por frequentes episódios de surtos psicóticos. Em 16 de julho de 1980, após sofrer novo desequilíbrio mental estrangulou sua companheira. Durante seu julgamento foi reconhecido como inimputável pela Justiça Francesa.

O contato com o marxismo ocorreu por influência de Pierre Corréges, durante o campo de concentração ao qual foi conduzido como prisioneiro pelos soldados alemães.

A vida e obra de Althusser foi interpretado no Brasil em 1995 pelo autor Rubens Correa no espetáculo “O Futuro Dura Muito Tempo”, e em 2000 pelo ator John Vaz, na peça “Os Fatos”, com direção de Stênio Garcia.

Althusser foi fortemente influenciado pelo racionalismo e estruturalismo francês. Para o racionalismo tudo tem uma causa inteligível, ainda que não possa ser demonstrada empiricamente. Por outro lado, sustenta o estruturalismo que os fatos sociais não são isolados e dependem entre si para determinar o todo. Esta abordagem surge a partir da linguística, com Ferdinand de

[25] OUTWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX.** Tradução Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996, p. 807.

Saussure (1857-1913) na década de 1910. O método é criado por Claude Lévi-Strauss (1908-2009), a partir da observação-participante em tribos indígenas, inclusive no Brasil. Para este importante antropólogo os antônimos estão na base da estrutura sociocultural. As sociedades familiares tribais são constituídas em pares, ou em grupos opostos, mas que necessitam da cooperação mútua. Outros nomes importantes desta escola de pensamento são Jacques Lacan e Roland Barther (1915-1980). O estruturalismo ganhou notoriedade a partir de 1960, principalmente por se opor ao Existencialismo de Jean Paul-Sarte, que propunha uma filosofia que priorizava a existência material e concreta a qualquer essência possível. Importante dizer, ainda que em poucas palavras, que o existencialismo se apoia nas ideias de Husserl, Heidegger e Nietzsche para afirmar que o ser humano não possui uma essência que o defina de imediato, mas é definido de acordo com o modo como vive. Portanto, o ser humano é construtor da sua própria existência, que cessará apenas com a própria morte.

Os principais trabalhos publicados por Althusser foram: Por Marx (1965), Para ler o capital (1966), Aparelhos Ideológicos do Estado (1971), Montesquieu: a política e a história (1972), além da obra póstuma Sobre a Reprodução (1999).

O Ponto principal do seu pensamento é o anti-humanismo teórico, que consiste na afirmação da luta de classes e na crítica a individualidade. Esta oposição ao humanismo ocorre por acreditar que a defesa do indivíduo se trata de um produto da ideologia burguesa.

Como esclarece Pedro Davoglio:

> Althusser chama a atenção para o fato de que na acepção de Marx, a produção capitalista tem por finalidade a acumulação, e não a satisfação de quaisquer necessidades humanas. Estas funcionariam como mera mediação desse objetivo determinante. Assim, as necessidades humanas só constituiriam objeto de interesse da economia capitalista à medida que pudessem ser satisfeitas mediante a observância das leis instituídas por esse campo. Daí que em Marx a determinação deveria ser vista como estrutural e não antropológica. Por isso, nele, o conceito de sujeito humano não apareceria como ponto de partida da problemática da produção e circulação de riquezas, mas como o seu resultado, como o portador e ponto de chegada de relações estruturais. Nesse sentido, o "verdadeiro Sujeito" dessa problemática não seriam os homens, mas as próprias relações de produção. Daí a ideia de que Marx teria produzido a sua teoria como um a-humanismo ou anti-humanismo, isto é, como crítica de toda concepção que tome o homem como ponto de partida teórico[26].

Dessa maneira, e como bem observa Juliana Paula Magalhães[27] a ideologia decorre das relações sociais concretas, que acaba por moldar o sujeito, e não o contrário, daí porque interpela os indivíduos enquanto sujeitos concretos:

> Os defensores do humanismo sustentam que cabe ao indivíduo, por um ato de vontade, escolher uma ideologia de maneira livre e aleatória. Porém, se considerarmos, como Althusser, que a ideologia advém das relações sociais concretas, temos que ela molda o indivíduo e sua subjetividade e não o oposto.
> A categoria sujeito, para Althusser, é constitutiva de toda ideologia e, ao mesmo tempo, a ideologia tem por função definidora e como condição de existência constituir indivíduos concretos em sujeitos. Tal se dá por meio de um processo de interpelação, que consiste no fornecimento de uma identidade ao interpelado, mediante os rituais de reconhecimento ideológico, propiciando a "internalização das relações sociais afetivas".

A recepção de Althusser no Brasil, conforme aponta o artigo de Luiz Eduardo Motta[28], que é Professor de Ciência Política da UFRJ, ocorreu nos anos 1960, a partir da publicação na Revista Tempo Brasileiro, em dezembro de 1966, no artigo elaborado por Carlos Henrique Escobar, intitulado "De um marxismo com Marx", este que foi casado com Ruth Escobar e aluno de Maurice Merleau-Ponty.

Em 1971 a Editora Vozes publica a primeira coletânea do grupo althusseriano,

[26] DAVOGLIO, Pedro. **Althusser e o Direito**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2018, p. 68.

[27] MAGALHÃES, Juliana Paula. **Marxismo, humanismo e Direito: Althusser e Garaudy**. São Paulo: Ideias e Letras, 2018, p. 128.

[28] MOTTA, Luiz Eduardo. **A recepção de Althusser no Brasil: O grupo da revista Tempo Brasileiro.** Revista Novos Rumos, v. 54, n.1, 30/06/2017.

com o título "Epistemologia e teoria da ciência", e contava com os artigos de Carlos Henrique Escobar ("As leituras e a leitura prático-teórica"), Eginardo Pires ("A teoria da produção de conhecimentos"), Marco Aurélio Luz ("Por uma nova filosofia"), Severino Cabral Bezerra Filho12 ("Ciência da história") e Antônio Sergio Mendonça13 ("Para ler Michel Foucault").

A questão da ideologia na obra de Althusser aparece como uma forma de releitura marxista do Estado[29]. A análise metafórica das estruturas sociais (infraestrutura e superestrutura), são meramente descritivas. Althusser propõe uma análise avaliativa dos componentes que integram a superestrutura, porque são elas que mantém as condições necessárias para reprodução dos meios de produção[30].

Na visão althusseriana o papel do Estado é assegurar a dominação da classe dominante sobre a classe operária, para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia[31]. Para o autor existe uma visão monolítica e acabada de organização social, onde tudo é rigidamente organizado, planejado e definido pelo Estado, de tal sorte que não sobra mais nada para os cidadãos. Não há mais nenhuma alternativa a não ser a resignação ante o Estado onipresente e absolutamente dominante.

Althusser apresenta uma significativa distinção entre os aparelhos de Estado (AE) e aparelhos ideológicos do Estado (AIE). Os aparelhos de Estado (AE) atuam de forma repressiva, porque funcionam através da violência. Na teoria marxista, os AE são: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais. São, portanto, de domínio público.

Os aparelhos ideológicos do Estado (AIE) funcionam através da ideologia. Podem ser não apenas os meios, mas também o lugar da luta de classes[32]. São de domínio privado. Exemplos de AIE: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, cultural, e de informação.

O aparelho ideológico escolar substituiu o papel da Igreja na formação da cultura. Portanto, a escola é considerada por Althusser como o aparelho dominante[33]. Isso ocorre porque detém a maior carga horária disponível para incutir a ideologia da classe dominante.

Essa ideologia compreende:

a) papel de explorado. Consciência profissional, moral, cívica, nacional e apolítica altamente desenvolvida.

b) papel de agente da exploração. Saber comandar e dirigir-se aos operários, apontando, assim, para as relações humanas.

c) papel de agentes da repressão. Saber comandar, fazer-se obedecer 'sem discussão', ou saber manipular a demagogia da retórica dos dirigentes políticos.

d) profissionais da ideologia. Saber tratar as consciências com o respeito, ou seja, o desprezo, a chantagem, a demagogia.

Para o autor é equivocado acreditar na neutralidade da escola, ou seja, de que ela não tem uma ideologia. Esta proposta foi defendida no início, principalmente por Paulo Freire (1921-1997). Na verdade, a escola representa a própria ideologia burguesa, que procura a garantia da reprodução dos meios de produção, com eficiência e qualidade.

Althusser propõe ainda uma sistematização da ideologia na teoria marxista. Isso ocorre porque Marx trabalhou o tema da ideologia em duas obras, Grundisse e A ideologia Alemã, mas sem qualquer estruturação.

[29] Para compreender a análise marxista desenvolvida por Althusser recomendamos a leitura do artigo do Professor da UNICAMP, Armando Boito Junior: *Indicações para o estudo do marxismo de Althusser.* BOITO JUNIOR, Armando. **Indicações para o estudo do marxismo de Althusser**. Revista Novos Temas, nº 9, págs. 153-182. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2013.

[30] ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.** Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, p. 60.

[31] Ob. cit., p. 62.

[32] Idem, p. 71.

[33] Idem, p. 78.

De acordo com Althusser a estrutura da ideologia parte dos seguintes pressupostos[34]:

a) o homem é por natureza um animal ideológico

b) a ideologia não tem história. Trata-se de uma perspectiva Freudiana da eternidade do inconsciente. (Infinito tem ponto de partida, mas não tem ponto final. A eternidade não encontra limites).

c) a ideologia é uma representação imaginária das próprias condições reais de produção. Esse falseamento, ocorre por influência da Igreja e dos Déspotas que forjaram belas mentiras para incutir nos homens a ideia de que ao obedecerem aos homens estariam a obedecer a Deus.

d) a ideologia tem uma existência material. Só há prática através de e sob uma ideologia. Só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito. Toda ideologia interpela os indivíduos concretos enquanto sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito, conforme já demonstrava o jurista soviético Pachukanis (1891-1937)[35].

e) os indivíduos são sempre já sujeitos, pois existe uma predeterminação ideológica.

Na publicação de sua obra autobiográfica Althusser distingue o tratamento que é dispensado ao criminoso assassino condenado e ao homicida louco. Aquele retorna sua vida após o efetivo pagamento de sua pena. Este, por sua vez, torna-se invisível, ou como diria Foucault, desparecido.

O texto conta com um certo teor crítico ao procedimento penal, que retira do público a possibilidade de acessar as razões e explicações do homicida. A opinião pública é contaminada por uma certa ideologia dominante, que coloca em jogo todo um aparelho médico-legal e penal, suas instituições e seus princípios.

[34] Ob. cit., p. 94.

[35] PACHUKANIS, Evgeni. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Tradução Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1977.

Conclusões

A obra de Schreber certamente encontra-se entre as publicações mais relevantes do século XX, servindo como importante referencial teórico não apenas para a análise da paranóia, como também para o desenvolvimento da análise do poder.

O texto de Schreber apresenta inúmeros detalhes que permite, a partir da análise da história de sua vida, compreender os motivos que culminaram no mais famoso caso de distúrbio da paranóia.

As leituras do caso Schreber por Sigmund Freud, Walter Benjamin, Elias Canetti e Jacques Lacan, contribuem significativamente para a compreensão da própria formação do indivíduo, bem como pela maneira pela qual ocorre se dá sua forma de ser no mundo.

Ao desenvolver um comportamento paranóico, o indivíduo busca por meio do medo persecutório em relação aos outros uma maneira de justificar o seu comportamento e reação frente as mais diferenciadas situações em relação ao mundo, a sociedade e ao indivíduo.

Por se encontrar em um estado fora da realidade consciente, o paranóico encontra um campo fértil para disseminar os seus ideais, sendo estes mais bem assimilados por indivíduos com estruturas egóicas ou conscientes também comprometidas. Tornando-os assim figuras fáceis de serem manipuladas por ideias, na maioria das vezes fantasiosas e contaminadas pelos sentimentos persecutórios.

Na possibilidade do Estado ser aparelhado por um titular de poder acometido de graves distúrbios de paranóia, principalmente pelos delírios persecutórios, a partir da teoria que foi desenvolvida por Althusser, pode ser extremamente trágico para a humanidade, uma vez que esse indivíduo irá desenvolver pensamentos e comportamentos que podem manipular e influenciar as massas mais suscetíveis a influência de seus pensamentos paranóicos e a outras, insatisfeitas com o modelo atual a qual a sociedade se encontra, esse indivíduo poderá favorecer, por meio de seus ideais alucinatórios, a ascensão do nazismo e fascismo, modelos de dominação que registram a escalada da síndrome pelo poder.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos do Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. O futuro dura muito tempo; seguido de os fatos: autobiografias. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOITO JUNIOR, Armando. Indicações para o estudo do marxismo de Althusser. Revista Novos Temas, nº 9, págs. 153-182. São Paulo: Instituto Caio Prado Junior, 2013.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DAVOGLIO, Pedro. Althusser e o Direito. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2018.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019.

Editor, R. Crítica da violência: crítica do poder - WALTER BENJAMIN. Revista Espaço Acadêmico, 2(21). Recuperado de http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/46277.

FREUD, Sigmund. Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia (O caso Schreber): artigos sobre técnica e outros textos. In: Obras Completas, Volume 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LACAN, Jacques-Marie Émile. O Seminário, livro 3. As psicoses. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

MAGALHÃES, Juliana Paula. Marxismo, humanismo e Direito: Althusser e Garaudy. São Paulo: Ideias e Letras, 2018.

MOTTA, Luiz Eduardo. A recepção de Althusser no Brasil: O grupo da revista Tempo Brasileiro. Revista Novos Rumos, v. 54, n.1, 30/06/2017.

OUTWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Tradução Álvaro Cabral e Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996.

PACHUKANIS, Evgeni. A teoria geral do direito e o marxismo. Tradução Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1977.

SANTNER, Eric L. A Alemanha de Schreber. Uma história secreta da modernidade. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SCHREBER, Daniel Paul. Memórias de um doente dos nervos. Tradução Marilene Carone. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GESTÃO PARTICIPATIVA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College. Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho procura evidenciar que os desafios inseridos no contexto da educação pública brasileira podem ser minimizados quando o espírito de pertencimento de todos na elaboração de um processo ensino e aprendizagem diversificado, descentralizado e que respeite às diferenças culturais, sociais, econômicas e religiosas, tomar conta dos atores que idealizam, elaboram, participam e avaliam este longa metragem que é o filme chamado educação. Buscou-se pautar este trabalho em autores que evidenciaram em suas obras que a gestão participativa leva o ser humano a sair do seu estado de comodismo e sentir-se livre, criativo e feliz ao constatar que ele pode exercer o seu papel cidadão, trazendo contribuições para sua comunidade com a experiência empírica que ele tem da mesma e que quanto mais os gestores oportunizam a participação do coletivo escolar, mais fortalecido o grupo permanece e todos se beneficiam. Buscou-se comprovar estas argumentações através de experiências exitosas de algumas instituições escolares e através de alguns dados do Relatório Educação para Todos no Brasil – 2000 - 2017 – Versão Preliminar, que evidenciou reformas e inovações na educação brasileira, as quais refletiram na qualidade de ensino como um todo e na maneira do cidadão se perceber enquanto ator principal de todas as etapas do processo ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: *Descentralização, Multiculturalidade, Corresponsabilidade, Qualidade, Identidade.*

ABSTRACT

This present work tries to show that the challenges inserted in the context of the Brazilian public education can be minimized when the spirit of belonging of all in the elaboration of a diversified, decentralized teaching and learning process that respects the cultural, social, economic and religious differences, take account of the actors who idealize, elaborate, participate and evaluate this feature film called education. We sought to base this work on authors who evidenced in their works that participatory management leads the human being to leave his state of comfort and feel free, creative and happy when he realizes that he can exercise his citizen role, bringing contributions for his community with the empirical experience he has of it and that the more the managers make the participation of the school collective more opportune, the more strengthened the group remains and everyone benefits. We tried to prove these arguments through the successful experiences of some school institutions and through some data from the Education for All in Brazil Report - 2000 - 2017 - Preliminary Version, which showed reforms and innovations in Brazilian education, which reflected in the quality of teaching as a whole and in the way the citizen perceives himself as the main actor in all stages of the teaching and learning process.

Keywords : *Decentralization, Multiculturality, Co-responsability, Quality, Identity.*

INTRODUÇÃO

A escolha do tema Gestão Democrática Escolar se deu pela necessidade de evidenciar que o sucesso na aprendizagem, envolvendo todos os atores deste processo só será possível quando houver o efetivo envolvimento de toda comunidade escolar e do entorno, em uma atmosfera de corresponsabilidade, autonomia e confiança mútua, onde cada qual conhece o seu papel na conquista da mudança consciente do cenário educacional que retrate a verdadeira identidade da comunidade.

Recorrendo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, evidenciou-se o direito à busca da tão sonhada identidade escolar através da obrigatoriedade da elaboração compartilhada do Plano Político-Pedagógico, que passou a ser o referencial das instituições de ensino, na busca de elementos que traduzam os anseios da comunidade em questão.

Nesse sentido, LIBÂNEO (2005, p.345) nos ensina que o projeto é "um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação que devem ser constantemente avaliados e adequados às necessidades contextuais".

O presente trabalho deseja evidenciar que instituições de ensino que abrem suas portas para a participação da comunidade no processo ensino e aprendizagem, promovendo a socialização dos diversos atores escolares, compartilhando seus anseios e angústias, respeitando a cultura e a diversidade locais, têm maior probabilidade de alcançar o sucesso nos propósitos definidos.

Tal hipótese encontrou consonância nas afirmações de Vasconcellos (2002, p.169) que define o projeto político-pedagógico como um planejamento participativo que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada e que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar.

Ao longo deste trabalho, buscou-se definir também, com o apoio de Carbonell (2002), a diferença entre reforma e inovação na educação recorrendo à leis e iniciativas práticas de gestores que buscaram descentralizar o poder e construíram uma comunidade escolar atuante, feliz, comprometida e orgulhosa de suas tradições e aquisições.

Pretende-se mostrar a relevância deste estudo para que através de experiências exitosas compartilhadas neste trabalho, gestores, alunos, famílias e toda a comunidade escolar possa em conjunto, encontrar soluções locais para os problemas locais, onde o diálogo, o respeito e a cooperação sejam as vertentes norteadoras das mudanças que os atores desejam.

REVISÃO DA LITERATURA

1. A importância da construção coletiva do plano político pedagógico

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, as instituições de ensino ganharam mais liberdade para avançar na busca da autonomia rumo a uma gestão participativa que atenda às perspectivas da comunidade visando uma educação efetiva e eficaz.

Com essa autonomia, vieram também as mudanças e às exigências para que as instituições de ensino se adequassem à nova maneira de administrar a gestão escolar, conforme nos mostra o artigo 12º da LDB:

> Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
>
> I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
>
> II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
>
> III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
>
> IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

> V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
>
> VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
>
> VII - informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

Recorrendo à Vasconcellos (2002, p. 169), percebemos a importância do PPP no processo de mudança da educação brasileira que segundo ele pode ser entendido como um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade, sendo o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Nesse sentido, entendemos que quando há a elaboração conjunta do PPP, garantindo a participação de todos os atores da comunidade escolar, ele se torna a máquina propulsora do processo de engajamento e mudança no relacionamento dos atores entre si e como eles interagem com o processo ensino e aprendizagem.

De acordo com Gadotti (1994, p.579) "todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro". Inserindo o ser humano neste contexto, não podemos deixar de vê-lo como um ser político que tem anseios e necessidades, direitos e deveres, que se socializa e desenvolve valores e habilidades e que busca autonomia para alcançar seus objetivos individuais e coletivos.

Nesse contexto, Gadotti acrescenta:

> [...] Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém um estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus autores e atores. Gadotti (1994, p.579)

Acredita-se que a criação do Projeto Político Pedagógico foi uma aquisição de suma importância na esfera educacional no que tange à liberdade e à democratização do ensino brasileiro, possibilitando ações conjuntas que aspiram transformações da realidade local no aspecto sócio-político-educacional.

Libâneo (2001) acrescenta que a participação é fundamental, por garantir a gestão democrática da escola, pois é assim que todos os atores do processo educacional da instituição estarão presentes, tanto na elaboração das propostas pedagógicas, projetos e eventos da escola, quanto à sua implementação e avaliação.

De acordo com Dutra (2011) não se deve confundir gestão democrática com a participação dos membros de conselhos e colegiados apenas para legitimar decisões já tomadas pela equipe gestora.

Essa atitude discriminatória, onde uma parte do grupo se sente superior aos demais participantes que provém das camadas populares, achando-se capaz de decidir o que é melhor para o coletivo escolar, não reflete os princípios da gestão participativa e encontra sustentação nas palavras de (DEMO, 1999, p. 71): "[...] não há democracia sem seu ator principal, que é o cidadão".

Por outro lado, Lück (2006) nos revela que os segmentos que atuam na escola exercem influência sobre a dinâmica e sobre os resultados educacionais e que isso depende também de uma competência em decidir e agir sobre as questões que a envolvem.

Espera-se então que estimulando a participação coletiva de maneira democrática e efetiva, todos os atores possam beneficiar-se com uma educação de qualidade, que forma cidadãos críticos e conscientes de sua participação na sociedade civil.

A educação é um processo necessário para que o homem seja constituído em sua totalidade, pois ele não nasce preparado para orientar-se sozinho no trajeto de sua própria existência. A formação humana resulta de

ações externas, estímulos e provocações que se traduzem na educação.

Portanto, cabe ao professor, construir essa ponte entre o indivíduo e a sociedade através da escola, que é o espaço consagrado para a concepção da educação formal e aquisição de conhecimento acadêmico.

A profissão docente deve abandonar a concepção de mera transmissora do conhecimento acadêmico que se tornou obsoleta para a educação da era da globalização. Vivenciamos um período em que os futuros cidadãos estabelecem relações democráticas, solidárias, participativas e integradoras. Se a sociedade se tornou mais complexa e a comunicação cada vez mais rápida, o mesmo deve acontecer com o profissional docente, no sentido de preparar-se para a aquisição de novos conhecimentos tecnológicos e humanos.

Nesse sentido, (IMBERNÒN, 2002) nos orienta:

> "Essa nova forma de educar requer que se redefina a profissão e se assumam novas competências profissionais no quadro de um conhecimento pedagógico, científico e cultural. A nova era requer um profissional da educação diferente. (IMBERNÒN, 2002 p.12)

Cabe ao profissional do ensino a análise das necessidades educativas do aluno, dentro e fora da comunidade escolar para poder trabalhar com a sua autoestima e poder ajudá-lo em seu projeto de vida.

Nesse contexto Davis &Grosbaum (2002) afirmam:

> É importante que os docentes construam nos alunos, confiança em sua capacidade de aprender e expectativas elevadas quanto ao próprio desempenho. Para isso, compete começar o trabalho um pouco além daquilo que o aluno já consegue compreender e/ou realizar, deixando claro que ele vai contar com ajuda para realizar a tarefa. Não vale comparar alunos entre si. Cada um é cada um e todos podem progredir com o auxílio do professor, se ele conseguir lhes mostrar a importância da aprendizagem. O aluno tem que ser desafiado a aprender através de atividades motivadoras e instigantes. O professor precisa também ensinar que aprender exige persistência, concentração, erros e tentativas. Também o auno deve ser envolvido pela escola e cativado pelo professor. Vários autores reforçam a ideia de que é a qualidade do relacionamento professor-aluno que torna o processo educativo e a escola significativos para o educando. (Davis &Grosbaum, 2002, p.82)

Assim, entende-se que a eficiência do processo educativo está centrada na pessoa do professor, ou seja, de seus conhecimentos, suas habilidades e suas atitudes em relação ao aluno a quem deve motivar. Portanto, é de suma importância que se oportunize momentos de desenvolvimento para esse profissional, no sentido de orientá-lo e assisti-lo no acesso a um ambiente escolar motivador e a um processo educativo expressivo para o mesmo.

Lück (2003, p.15) acrescenta:

> Mudanças curriculares, inovação de métodos e técnicas de ensino ou do próprio currículo não tornarão, por si só, o processo ensino-aprendizagem repentinamente eficaz. Se ele tiver que ser melhorado, terá que ser a partir dos professores, do desenvolvimento de suas atitudes, habilidades e conhecimentos a respeito das mudanças e inovações necessárias.

O professor é fundamental para o aprendizado do aluno, porém o bom resultado deste aprendizado vai depender da forma como o professor vê o aluno e de seu interesse em ajudá-lo , até que este adquira autonomia e segurança na apropriação do novo conhecimento.

Bulgraen (2009), ressalta que a importância do professor na atualidade, é grande, mesmo sabendo-se que o conhecimento está em todo lugar, ou seja, além das escolas. O educador exerce a função de articulador, mediador, facilitador da aprendizagem, contribuindo ativamente para aproximar os alunos do conhecimento, dando-lhes as ferramentas para analisar criticamente as informações, no sentido de transformar a realidade em que vivem. A interação entre ambos em torno do conhecimento, que constitui a dinâmica da sala de aula, decorre da forma como o professor vê o processo de ensino – aprendizagem. Os educandos não devem ser orientados para se moldarem ao

pensamento do professor, mas sim para serem questionadores de informações e sujeitos crítico-reflexivos.

E dessa constante troca de experiências entre o aluno e o professor nasce a aprendizagem num contínuo movimento de transformação das realidades existentes e dos próprios seres envolvidos nesse processo.

Dentre os mecanismos de participação que podem ser criados na escola, destacam-se: O conselho escolar, o conselho de classe, a associação de pais e mestres e o grêmio escolar

O conselho escolar pode ser definido como um mecanismo de gestão democrática da escola à medida que é composto por diferentes representantes da escola – professores, funcionários, pais e alunos; em regime de paridade, assegurando o direito de manifestação de diversos pontos de vista e de diferentes opiniões (WERLE, 2003).

Veiga & Resende (2001) o concebe como sendo o local de debate e tomada de decisões. Ele se relaciona, ainda, com os princípios da igualdade, da liberdade e do pluralismo, devido à sua composição. É então, um canal de participação e instrumento de gestão da própria escola que deve incentivar o amplo debate e a participação efetiva e eficaz nas decisões sobre questões importantes relacionadas às questões escolares, tais como currículo, qualidade de ensino, inclusão, sucesso escolar, aplicação de verbas, dentre outros, trazendo assim uma nova perspectiva de gestão.

> [...] deverá, portanto, favorecer a aproximação dos centros de decisão dos atores. Isso facilita a comunicação, pois, rompendo com as relações burocráticas e formais, permite a comunicação vertical e horizontal. Sob essa ótica o Conselho possibilita a delegação de responsabilidades e o desenvolvimento de diversos participantes. É um gerador de descentralização. E, como órgão máximo de decisão no interior da escola, procura defender uma nova visão de trabalho. (VEIGA, 2001, p.116)

Sob a mesma ótica Werle (2003) reforça:

> Os conselhos escolares em funcionamento ... têm uma composição proporcional, sendo formado por metade de professores e funcionários, e a outra metade, de pais e alunos, acrescendo a presença do diretor da instituição, membro nato por lei. A proporcionalidade envolve um pressuposto de igualdade e equilíbrio entre os membros do conselho. É como se, aos pais, professores, funcionários e alunos, fossem oferecidas condições igualitárias de participação. Entretanto, essa possibilidade realizar-se-á à proporção que eles, como participantes, possuírem e utilizarem seus recursos simbólicos neste contexto organizativo, na medida em que não constituírem presença passiva e silenciosa ... mas forem articuladores de sentidos, falantes ativos, exercendo posição política nos conselhos. (WERLE, 2003, p. 86)

Além disso, é uma oportunidade gratuita de se exercer a cidadania e corroborar para uma transformação positiva no processo educacional de uma comunidade, conforme afirma Werle:

> O conselho escolar é um fato de gratuidade. Nesta época, em que tudo tem um preço, a participação no conselho é gratuita e não remunerada. Os componentes do conselho escolar não recebem nenhum valor financeiro, compensando o tempo em que permanecem em reunião. O tempo a ele destinado é um tempo do gratuito, de cidadania e de voluntariado. Um outro valor importante que o conselho escolar articula é que todos estão sentados no momento das reuniões, juntos, na mesma situação. O conselho se insere num contexto de inclusão e não de exclusão ... (WERLE, 2003, p. 58).

Através dessa forma descentralizada de gestão dos recursos públicos, os pais e demais atores escolares podem opinar e decidir sobre como será investida a verba destinada à escola de maneira igualitária e imparcial.

Percebe-se que quando o conselho realmente exerce sua função, ele se torna a força vital da escola, pois é o mecanismo que agrega pessoas de vários segmentos da sociedade, que tomam decisões em conjunto e que as fazem ser cumpridas. Com isso, a atuação desse mecanismo expressa credibilidade à sociedade e derruba as

barreiras burocráticas no que diz respeito as mudanças no sistema educacional.

Pellegrini acrescenta:

> A grande riqueza da participação de todos está na medida em que cada grupo ou cada pessoa traz para o grupo as suas percepções sobre a realidade que o cerca e quando os objetivos definidos e os planos de ação estão impregnados dessas diferentes percepções. PELLEGRINI,1996, p.127)

O conselho de classe é mais uma ferramenta de participação da comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem. Constitui-se numa das instâncias de vital importância num processo de gestão democrática, pois "guarda em si a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar" (DALBEN, 1995, p. 16).

Nesse sentido, entendemos que o conselho de classe não deve ser uma instância que tem como função reunir-se ao final de cada bimestre ou do ano letivo para definir a aprovação ou reprovação de alunos, mas deve atuar em espaço de avaliação permanente, que tenha como objetivo avaliar o trabalho pedagógico e as atividades da escola. Nessa ótica, é fundamental que se reveja a atual estrutura dessa instância, rediscutindo sua função, sua natureza e seu papel na unidade escolar.

Acredita-se então que a equipe gestora, num clima de harmonia e acolhimento deve oportunizar momentos de participação espontânea dos alunos, dos funcionários, dos pais, dos professores e de todo o entorno escolar para o planejamento das ações que irão permear o ano letivo e as ações pontuais.

Nessa perspectiva, Dalmas (1994, p.94) nos orienta:

> Não pode haver na escola um clima hostil, de individualismo e irresponsabilidade. É de fundamental importância que na escola exista um ambiente de escolhida aceitação mútua e um interesse uns pelos outros. Com isso, a liberdade, o respeito, o companheirismo e a fraternidade são fatores marcantes de valia para o bom andamento do planejamento participativo.

Associação de pais e mestres é constituída por professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis pelos alunos, mostrando-se uma instância articuladora de forma positiva no dia a dia da escola, quando bem articulada.

Com a globalização, politização e acesso à várias mídias como forma de comunicação, interação, socialização e aprendizagem contínua, o diretor mais do que nunca sente o peso de precisar estar preparado para desempenhar vários papéis em sua função e cada vez mais é exigido deste profissional, formação, capacitação e habilidade para administrar a instituição educacional e as situações geradas dentro e fora deste contexto.

Atualmente, temos observado muito despreparo dos gestores para lidar com situações adversas de várias naturezas e a esse respeito, Libâneo nos adverte:

> É desejável que os candidatos à eleição ao cargo de gestor tenham formação profissional específica e competência técnica, incluindo liderança, capacidade de gestão e conhecimento de questões pedagógico-didáticas. (LIBÂNEO, 2005, p.332).

Além das atividades de administrador escolar, coordenador pedagógico, articulador, o diretor é um gestor de pessoas e situações das mais variadas naturezas, envolvendo também questões de planejamento, organização, mediação e controle.

Nessa perspectiva, Lück (2000, p.12) acrescenta que:

> O diretor escolar é um gestor da dinâmica social, um mobilizador e orquestrador de atores, um articulador da diversidade para dar-lhe unidade e consistência, na construção do ambiente educacional e promoção segura da formação de seus alunos.

Trazendo-o para o contexto deste trabalho, podemos compará-lo também a um diretor de cinema ou novela, que tem todos

os elementos, as ideias e o elenco sob o seu controle, pois ele tem consciência do produto final que ele pretende obter, e para isso, ele precisa compartilhar a construção de sua obra-prima com todos os atores, câmeras, autores, continuístas, figurinistas, figurantes, dublês, maquiadores e outros apoiadores para que em harmonia, esta equipe chegue a um consenso sobre como adequar todos estes talentos juntos para que o conjunto da obra seja favorecido; entretanto, nesse processo, ele precisa exercer sua liderança para que o foco não se perca.

Somando-se a essa gama de qualidades, um bom gestor necessita ter capacidade de planejamento e de prever ações e reações conflitantes, tendo assim condições de replanejar e reorganizar seu trabalho.

A respeito disso Padilha nos alerta:

> Planejar, em sentido amplo, é um processo que visa a dar respostas a um problema, através do estabelecimento de fins e meios que apontem para a sua superação, para atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando-se em conta os contextos e os pressupostos filosófico, cultural, econômico, e político de quem planeja e de com quem se planeja. (PADILHA, 2001, p.96)

Essa nova concepção de liderança é produto dos tempos e exigências modernas, entretanto a necessidade de uma pessoa que tomasse decisões e guiasse um grupo, sempre existiu.

Bass (2008, p. 3), nos elucida que estudos antropológicos, tendo como base povos primitivos, concluíram que o líder é elemento presente em praticamente todos os aglomerados humanos, independente dos aspectos culturais e da complexidade de arranjos sociais e organizacionais.

Nesse sentido Bennis acrescenta:

> Os líderes conhecem a si mesmos, conhecem e desenvolvem seus pontos fortes. Também têm a faculdade de tornar as ideias tangíveis e reais para os outros, para que possam apoiá-las, e ter como "primeira competência da liderança, o gerenciamento da atenção através de um conjunto de intenções ou pontos de vista, não em um sentido místico ou religioso, mas em um sentido de resultados, metas e direção" (BENNIS, 1996, p.80).

Esse autor nos assegura que a característica mais visível em um líder é a sua capacidade de trazer as pessoas para perto de si, pois os bons líderes também tornam as pessoas esperançosas.

Topping (2002, p.103) ao analisar as competências de uma liderança e o seu desenvolvimento nos revela que a capacitação do pessoal para que dê o melhor de si é o cerne da liderança gerencial.

Como um diretor cinematográfico, que não aparece durante a exibição de sua obra, em grande parte do tempo, o diretor escolar também está ausente da instituição devido às atribuições burocráticas que fazem parte de suas funções, entretanto, quando sua liderança é estabelecida, ela deixa marcas que caracterizam o seu trabalho e norteiam as ações do elenco, que procura manter a atmosfera e ritmo no cumprimento de sua ocupação.

Segundo Topping (2002, p.103) a liderança tem muito mais a ver com criar ambientes onde as pessoas tenham condições de alcançar o sucesso do que tomar decisões e agir por conta própria.

No contexto cinematográfico, quando um diretor sente que seus atores estão prontos para as filmagens, após exaustivos diálogos e ensaios, ele os chama para o momento da "luz, câmera, ação.".

No contexto escolar, o presente trabalho pretende comparar a "luz" como o despertar de cada ator para sua importância nesse ato de construir junto com toda a comunidade escolar um ambiente propício ao processo ensino e aprendizagem, onde todos se beneficiem com essas mudanças.

A "câmera" representa que o foco está nele, enquanto ser uno e indispensável que possui qualidades e características próprias

que somadas à de outros, farão a diferença na conclusão da obra.

O chamado para a "ação", impele os atores a sair do seu estado de comodismo e mais do que isso, permite que eles tenham liberdade de expressão. E é nesse estágio que as mudanças começam a acontecer, os talentos afloram e o potencial criador se traduz em aprendizagem, conforme nos ensina Freire:

> Não houvesse esta integração, que é uma nota de suas relações, e que se aperfeiçoa na medida em que a consciência se torna crítica, fosse ele apenas um ser da acomodação ou do ajustamento, e a História e a Cultura, domínios exclusivamente seus, não teriam sentido. Faltar-lhes-ia a marca da liberdade. Por isso, toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser meramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora. (1989, p.42)

Segundo Hora (2001, p.49), podemos dizer que a gestão democrática em educação está intimamente articulada ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos, de classe, dos trabalhadores, extrapolando as batalhas internas da educação institucionalizada e sua solução está condicionada à questão da distribuição e apropriação de riqueza e dos benefícios que transcendem os limites da ação da escola.

A escola tem uma contribuição indispensável e insubstituível, embora limitada, a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essenciais para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente, no exercício da cidadania.

A possibilidade de uma ação administrativa na perspectiva de construção coletiva, exige a participação de toda a comunidade escolar nas decisões do processo educativo, o que resultará na democratização das relações que se desenvolverem na escola, contribuindo para o aperfeiçoamento administrativo pedagógico.

Através da administração participativa, o indivíduo passa a assumir a responsabilidade de suas ações, com o poder para influir sobre o conteúdo e a organização de suas atividades.

Acredita-se que somente através da gestão democrática e da administração participativa, haverá a extinção do autoritarismo dentro do ambiente escolar e a distância entre dirigentes e dirigidos se tornará cada vez menor. Com isso, quem ganha é a sociedade civil organizada que exige os seus direitos, mas que também cumpre o seu dever social e político na tomada de decisões no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi apresentado ao longo deste trabalho se pautou em afirmações e evidências de autores que nos mostraram que planejamento, descentralização do poder, gestão participativa e respeito à multiculturalidade são os ingredientes que fazem a diferença na qualidade das relações dos atores escolares, advindos dos gabinetes ou das camadas mais desfavorecidas das comunidades. Consequentemente, comprova-se que essa atmosfera harmoniosa que privilegia o diálogo, se traduz na melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem não só para escolas isoladamente, mas para a nação que reflete essa dialética. Esperamos que atores e diretores que ainda não estudaram o roteiro deste novo filme o façam pela sobrevivência da instituição educacional pública. Gestores e demais atores escolares que ainda são resistentes à mudança de atitude perante uma sociedade que se encontra em ritmo de transformação acelerada devido aos recursos tecnológicos podem ser comparados com atores do cinema mudo e dos filmes em preto e branco, que necessitavam chamar a atenção para sua atuação para que seu talento fosse reconhecido e o enredo fosse compreendido. Atualmente, os efeitos especiais, a interação do elenco, a soma e mistura dos talentos concomitantemente é que garantem a beleza e a cor do espetáculo no palco da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei 9.394/1996, promulgada em 20/12/1996.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas**. *In*: FERREIRA, Naura Suria Carapeto e AGUIAR, SILVA, Márcia Ângela da (Orgs.) Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000, p. 43-60.

DAVIS, Claudia Lemes Ferreira, GROSBANM, Marta Wolok. Programa de capacitação à distância para gestores escolares (Progestão) - Módulo II, São Paulo, 2005.

DALBEN, Â. **Trabalho escolar e conselho de classe**. [3ª ed.] Campinas/SP: Papirus, 1995.

DEMO, P. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. [19ª ed.] Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 150 p.

GADOTTI, M. **Uma só escola para todos**. **Caminhos da Autonomia Escolar**. [1ª Ed.] Petrópolis,/RJ: Vozes, 1990. 205 p.

GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. [9ª ed.] São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, v . 24) 78p.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: Formar-se para a mudança e a incerteza. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. [2ª.Ed.]. São Paulo: Cortez,2005.

LÜCK, H. *et al*. **A Escola Participativa**: O Trabalho do Gestor Escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MAIA, G. Z. A. **Administração e supervisão escolar**: Questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira Thomson, 2003.

MEDINA, A. S. **Supervisão escolar**. Porto Alegre: AGI, 2002.

MOREIRA, A. F. B. **Multiculturalismo, currículo e formação de professores**. *In*: Currículo: políticas e práticas. Campinas/SP: Papirus, 2001, pp. 81 – 96.

PELLEGRINI,M.Z. **Administração Participativa**: Teoria e Práxis. *In*: Revista Brasileira de Educação. Porto Alegre, jul./dez. 1986.

VEIGA, I. P. A.; KAPUZINIAK, C.; ARAUJO, J. C. S. **Docência: uma construção ético-profissional.** Campinas/SP: Papirus, 2005. V. 1. 142

VEIGA, Zilah de Passos A. **As instâncias colegiadas da escola**. *In*: VEIGA, Ilma P. A. e RESENDE, Lucia M.G. (Orgs.) Escola: Espaço do projeto político pedagógico. [4ª ed]. Campinas/SP: Papirus, 2001.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Conselhos escolares**: implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

A COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL NAS EMPRESAS

Júlia Fernanda Borges Vicente
Graduada em Administração pelas Faculdades de Guarulhos - FG
juuh_borges100@outlook.com

Paulo Sergio Pereira da Silva
Doutor em Educação Matemática, Mestre em Educação, Administração e Comunicação, Matemático, Pedagogo, Docente das Faculdades Guarulhos–FG, na Unicid e na UniDrummond
psps@uol.com.br

RESUMO

O tema do presente estudo é a Comunicação não verbal nas empresas. O interesse em desenvolver esta pesquisa surgiu em virtude da percepção de que o corpo também pode transmitir mensagens e isso pode ser tanto no âmbito profissional, como na vida pessoal, se utilizada de forma adequada. O propósito deste trabalho é apresentar essa linguagem como mais um recurso para as empresas evoluírem. Dessa forma, defende-se, neste trabalho, ser fundamental o reconhecimento da linguagem não verbal como complementar à linguagem verbal, também no setor empresarial. O estudo foi fundamentado em diversas pesquisas que abarcam essa temática, como Comunicação, Mídia e Cultura, de Baitello Júnior (1998), e Comunicação e sociabilidade nas culturas urbanas contemporâneas, de Ivana M. G. Bentes e Milton José Pinto (1999), que é feita a mesma constatação, qual seja, a de que, em outras palavras, "o corpo fala". Os resultados obtidos demonstraram que essa linguagem é um tanto desconhecida pelas pessoas, apesar de utilizarem muito involuntariamente. Tal fato é percebido quando se presta atenção à essa comunicação, podendo ter diversas consequências: amizades podem ser comprometidas, relacionamentos ficam mais suscetíveis ao término e até negócios têm grandes chances de serem desfeitos diante de equívocos de interpretação dessa linguagem.

***Palavras-chave**: Mensagem - Linguagem corporal - Comunicação.*

ABSTRACT

The theme of this study is non-verbal communication in companies. The interest in developing this research arose due to the perception that the body can also transmit messages and this can be both in the professional sphere, as well as in the personal life, if used properly. The purpose of this paper is to present this language as another resource for companies to evolve. Thus, in this work, the recognition of non-verbal language as complementary to verbal language is also essential, also in the business sector. The study was based on several studies covering this theme, such as Communication, Media and Culture, by Baitello Júnior (1998), and Communication and sociability in contemporary urban cultures, by Ivana MG Bentes and Milton José Pinto (1999), which is carried out the same finding, that is, that, in other words, "the body speaks". The results obtained demonstrated that this language is somewhat unknown by people, despite using it very involuntarily. This fact is perceived when attention is paid to this communication, which can have several consequences: friendships can be compromised, relationships are more susceptible to termination and even business has great chances of being undone in the face of misinterpretations of this language.

Keywords: Message - Body language - Communication.

1 INTRODUÇÃO

A Comunicação não verbal é uma linguagem praticamente ignorada pelas pessoas, mas fundamental na interação de todos, fator que é percebido quando paramos para observar cada uma das formas que essa comunicação se faz presente. É preciso tomar cuidado para a mensagem transmitida não ser má interpretada pois se as palavras falam uma coisa e o corpo fala uma coisa diferente, se acredita muito mais no que se demonstra do que nas palavras.

O mundo empresarial dá mais importância a uma boa comunicação verbal para o sucesso de um negócio, mas a comunicação não verbal também tem grande relevância, pois a linguagem não verbal pois diz muito sobre o indivíduo. Administradores que sabem dominar suas expressões faciais, contato visual, gestos e tom de voz, conseguem passar mais credibilidade no ambiente de trabalho.

Para responder ao questionamento de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho consiste em procurar entender como os mecanismos da Comunicação não verbal influenciam o comportamento dos colaboradores da empresa.

Em termos específicos, objetiva-se:

A. Descrever os modelos de Comunicação não verbal utilizadas nas empresas e os impactos nas relações de trabalho;
B. Entender como a Comunicação não verbal pode ser utilizada para ser eficaz e seus limites de utilização.

A ideia deste trabalho intitulado intitulado “A comunicação não verbal nas empresas” surgiu, em virtude das incontáveis mensagens que o corpo transmite, sem serem notadas. É possivel detectar em uma mensagem traços de nervosismo, insegurança, interesse e muitos outros aspectos que podem ser manipulados na linguagem oral, a fim de se conseguir emplacar objetivos imediatos ou descrever situações distorcendo-se a realidade.

Esse tema é muito importante, pois compreender essa leitura corporal pode ser fundamental, a fim de, comparativamente, com o que foi lhe passado através da mensagem verbal, avaliar o grau de profundidade e envolvimento de seus subordinados, podendo assim avaliar melhor os riscos de novas implementações e de crédito, ou não, a possiveis relatos do que acontece na organização.

Este trabalho se justifica também, por considerarmos relevante, pois como boa parte da linguagem não verbal é involuntária, essa comunicação se apresenta de forma mais sincera, porque o corpo, quando fala, não permite a manipulação total da mensagem, como se observa na fala, que de modo racional pode ser totalmente alterada.

A abordagem proposta tem como pontos positivos, o conhecimento proposto e a apresentação dessa comunicação como um recurso a ser utilizado pelas empresas.

A problemática deste trabalho é analisar se, embora haja diferenças entre a comunicação verbal e a não verbal e ambas se complementarem, se uma pode ser mais eficaz que a outra.

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa visa responder a seguinte questão: *Será que as pessoas sabem a relação entre a comunicação verbal e a não verbal, e a importância de haver coerência entre uma e outra, para o perfeito envio da mensagem ao receptor, com o mínimo de ruídos possíveis?*

A natureza da pesquisa do presente artigo é exploratória, que segundo Gil (1999) “tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

As informações desse estudo foram buscadas em livros, em sites confiáveis e em um questionário online aplicado em março sobre o assunto e respondido por 20 pessoas. O questionário foi estruturado com sete perguntas fechadas para identificação do perfil da amostra participante e dez perguntas

fechadas para avaliar a aceitação do público em relação ao tema abordado. Os resultados são representados por meio de tabelas e gráficos.

Essa pesquisa é quali-quantitativa, o que segundo Knechtel (2014), "interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)" (p. 106).

Os pressuspostos teóricos que fundamentaram nossas análises, os quais consideramos essenciais no que diz respeito a sustentação de toda investigação e que dão uma visão ampla e clara do tema abordado se deram por meio das ideias sobre a comunicação não verbal e recorremos a diversas teorias administrativas, em especial os trabalhos de Lyons (1981), Bueno (2014), Weil (1986), Hall (1994), grandes autores e pesquisadores especialistas no assunto.

Costa (1995) alerta que "o problema das organizações não está mais entre "comunicar ou não comunicar", nem em o que dizer, a quem dizer e como, mas, decisivamente, nas relações entre dizer e fazer [...]".

Quando se presta atenção no olhar das organizações em relação a comunicação não verbal como recurso visando o sucesso, podemos observar que esta pode ser uma grande estratégia para a evolução da empresa. Entretanto, essa linguagem não verbal precisa estar de acordo com a linguagem verbal, caso contrário, percebe-se a mentira, que é um fator que leva a empresa ao fracasso.

Kreps (1995) afirma que "a comunicação humana acontece quando uma pessoa responde a uma mensagem, sendo esta qualquer símbolo ao qual alguém presta atenção e lhe atribui um significado no processo de comunicação".

Alguns pesquisadores acreditam que a comunicação não verbal transmite mais informações do que a linguagem verbal, questão que gera debate para quem se aprofunda no tema. Nos comunicamos através de olhares discretos ou não, sorrisos espontâneos ou forçados, essas formas de comunicação não utilizam palavras e, como afirma Ferrara (1986, p. 6), "sobretudo revela o que queremos que pensem de nós", ou seja, nos mostramos muito mais pelo que fazemos do que pelo que falamos, pois o verbal é importante, mas não é o único meio de comunicação que utilizamos.

Goldhaber (1991) acredita que "a comunicação organizacional ocorre num sistema complexo e aberto que é influenciado e influencia o meio ambiente".

Sendo assim, pode-se entender que a comunicação empresarial envolve por um lado, as mensagens e seus objetivos e por outro lado, as atitudes e seus sentimentos. Por este motivo, é fundamental que a mensagem transmitida verbalmente e a mensagem transmitida por nosso corpo concordem entre si, para não haver equívocos de interpretação.

Este trabalho propõe um outro olhar ás empresas em relação a essa comunicação, que pode ser utilizado como um grande degrau na escada ao sucesso e "oferece a possibilidade de estudar a comunicação não verbal no ambiente natural, de gerar teorias a partir da prática" [...] (Yin, 2001).

Em outras palavras, se for bem utilizada, essa linguagem pode ajudar muito no ambiente de trabalho, não só na interação entre os funcionários, como na relação com o cliente, que muitas vezes, é bem observador, gosta de ser bem tratado e repara qualquer expressão que não transpareça o tratamento esperado por parte do funcionário que o atende.

2 A COMUNICAÇÃO DESDE OS PRIMÓRDIOS

Aqui abordamos a comunicação que, por diversos modos, está na vida da sociedade desde sempre, seja por pinturas em cavernas, gravuras em ossos, cartas escritas, desenhos na pele ou grafites em paredes. Mesmo sofrendo algum preconceito ao longo do tempo, a comunicação sempre alcança um jeito de ser captada, pois comunicação não

são apenas palavras, mas principalmente relações.

Ao longo da história, a Comunicação vem fazendo presença de todas as formas nas relações da sociedade. No artigo "História da Comunicação Humana" de Geraldo Magela Machado, o autor revela que a comunicação já era utilizada por nossos primitivos, os homens das cavernas, que usavam a linguagem rudimentar, constituída por gestos, sons e expressões corporais e faciais.

O autor mostra também, no mesmo artigo, que assim como a humanidade, a comunicação evoluiu muito ao longo do tempo, os sumérios criaram os primeiros escritos, desenhos rupestres e pintavam as paredes das cavernas demonstrando os seus pensamentos e o seu dia a dia, com desenhos de animais, das caças, utensílios criados por eles, provando que mesmo sem palavras, a comunicação fazia o seu papel naquela época.

Bueno (2014) acredita que:

> Desde que o homem existe a comunicação faz parte de seu desenvolvimento histórico, a milhares de anos as civilizações espalhadas pelo globo, vem deixando suas marcas em cavernas com pinturas rupestres, desenvolvendo linguagem para poder realizar a comunicação e a troca de informações, desta forma deixando um legado de registros através dos milênios, propiciando as novas gerações informações que possam ser utilizadas no presente e no futuro.

Na citação de Bueno, revela que se hoje temos diversos meios de comunicação, isso se deve aos nossos antepassados que buscaram se comunicar de todas as formas possíveis.

2.1 A ORIGEM DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

Muita gente conhece a comunicação apenas por palavras, mas se comunicar vai mais além. Nossos primitivos não tinham a fala e pela necessidade de sobreviver e para viver em sociedade, criaram os signos linguísticos, composto por gestos com significados.

Cunha (2004) afirma que:

> Em cada sujeito, verificamos que a dimensão primeira do corpo é a de mídia de si mesmo, ou seja, há uma necessidade inegável de ser visto, de tornar-se presente, de ampliar seus limites e domínio de territorialidade, espaço. (p. 132)

A citação de Cunha demonstra que a comunicação não verbal envolve todas as manifestações de comportamentos que não são demonstradas por palavras, como gestos, expressões faciais, entre outros.

Com a organização desses signos, nasceu a comunicação não verbal, uma linguagem que o homem conheceu e utilizou antes mesmo da comunicação verbal e que era muito bem compreendida.

> O que este e outros fatos sugerem é que a língua pode a princípio ter evoluído a partir de um sistema gestual numa época em que os ancestrais do homem adotavam a postura vertical, liberando com isso as mãos, o cérebro aumentando de tamanho e adquirindo potencial para a especialização de complexas funções de processamento no hemisfério dominante. (LYONS, 1981, p. 20 -21).

A citação de Lyons, sugere que a linguagem corporal está no indivíduo desde sempre, algumas vezes imperceptível, e que essa comunicação evoluiu muito ao longo do tempo.

De forma consciente ou não, todo ser humano usa a comunicação não verbal, agora mais desenvolvida, devido ao progresso humano, afinal foi com a evolução do homem que essas expressões ganharam mais significados.

Weil (1986) afirma que:

> Quando em grupo, nossa linguagem corporal anseia por afirmar o nosso eu. – Vamos juntar palavras – e a percepção delas será aprendizagem, ou melhor, reaprendizagem? - o valor filogenético dos gestos antigos; ou a prova de como nosso vovô pré-histórico escapou de levar uma pedrada da eleita do seu coração por não esperar pela invenção da palavra falada. (p.13)

Diante do exposto, nota-se que a espécie humana, pela necessidade e com o processo evolutivo, criou e dominou códigos, articulados entre si, que foram e ainda são utilizados tanto na comunicação verbal quanto para a não verbal.

Baitello (1998, p. 11), defende que: "Todo processo comunicativo tem suas raízes em uma demarcação espacial chamada corpo. O que se denomina 'comunicação' nada mais é que a ponte entre dois espaços distintos".

Logo, dá pra perceber que a linguagem não verbal veio antes da linguagem verbal. Os humanos a utilizaram por um tempo sem precisar recorrer à fala. Para conseguirmos entender o processo evolutivo, temos que conhecer a cultura da comunicação de cada região, que se difere em todo o mundo.

3 A LINGUAGEM CORPORAL E SUA CULTURA

A comunicação não verbal pode variar conforme a região, conforme já descrito no capítulo anterior, alguns gestos são compreendidos de formas diferentes em cada país, isso ocorre pelas suas culturas serem diversas. Como afirma Cardoso (1999, p. 42): "[...] o corpo é elaborado (obviamente dentro dos limites impostos por sua conformação fisiológica), a partir das relações de significados socialmente nele investidos [...]".

Nessa citação de Cardoso, demonstra que o indivíduo é moldado a partir das relações que tem com a sociedade, e que, a cultura tem grande interferência nessas relações.

Há quem acredite que a cultura tem grande influência na comunicação não verbal, por cada país ter a sua forma de se comunicar, como os ingleses, que sentem aversão a um aperto de mão, já os brasileiros utilizam o aperto de mão como forma de educação ou até afeto, por isso é essencial entender os aspectos de diferentes culturas antes de viajar pelo mundo. De forma consciente ou não, todo ser humano usa a comunicação não verbal, agora mais desenvolvida, devido ao progresso humano, afinal foi com a evolução do homem que essas expressões ganharam mais significados. Na concepção de Merleau-Ponty (1999), citado por Viana (2005): "[...] obtém-se a comunicação ou a compreensão dos gestos pela reciprocidade entre minhas intenções e os gestos do outro, entre meus gestos e intenções legíveis na conduta do outro". (p. 235)

Do ponto de vista de Viana, entende que a comunicação só se dá por completa, se a mensagem transmitida for entendida perfeitamente, nesse entendimento se leva em conta também o que o corpo demonstra.

Apesar de existir muitas culturas diferentes, só há um gesto semelhante em todo mundo, o sorriso, embora possa ter diversas causas e emoções, o sorriso é um gesto universal.

Hall (1994) acredita que: "A cultura esconde muito mais do que revela e, por estranho que pareça, é aos próprios participantes que ela mais efetivamente oculta os seus segredos".

Essa frase de Hall mostra que, para entender verdadeiramente a cultura de qualquer região é fundamental conhecer os mínimos detalhes e assim, começamos a fazer parte dessa cultura.

3.1 A CULTURA DA LINGUAGEM CORPORAL NAS EMPRESAS

A comunicação não verbal é uma ferramenta, na maioria das vezes ignorada pelos gestores, mas que pode ser uma forte estratégia para a empresa chegar ao sucesso.

Muito se ouviu falar que o nosso corpo fala. Isso é fato. A comunicação não verbal é uma habilidade que não se aprende, apenas se aprimora. Toda organização inteligente observa as habilidades dos seus colaboradores e investe nisso para fazer a empresa crescer.

Pease e Pease (2013) reforçam ainda que:

> "de [...] 60% a 80% do impacto que você causará será não verbal. Sua abordagem, seu aperto de mão e sua linguagem corporal geral serão os maiores responsáveis pelo resultado de sua entrevista. Se quiser ser um excelente entrevistado, não se esqueça de colocar a primeira impressão em primeiro lugar".(p. 13)

Nessa passagem de Pease e Pease, mostra o quanto a linguagem corporal é observada nas entrevistas, até mais do que a comunicação verbal, pois a primeira impressão é a que fica.

No âmbito profissional, utilizar a comunicação não verbal como uma forma de ganhar a confiança do cliente é de grande valor. Palavras, às vezes, não são suficientes para convencer o contratante de que o serviço é bom ou de que a empresa vai satisfazer bem quem os contrata. É necessário obter essa confiança com olhares, gestos, entre outros jeitos de passar confiança.

Albert Mehrabian (1950), indica que "no processo de comunicação, 55% da informação que se recebe são atribuídas à linguagem corporal (gestos, posturas, movimentos, etc.), 38% correspondem à voz e apenas 7% à palavra". (p. 17)

Pode ser imperceptível, mas demonstramos mais emoções com o corpo do que se tentarmos expressar verbalmente. Sendo assim, nas empresas isso pode ser muito útil nas negociações com fornecedores, relações com os clientes ou até na interação no ambiente de trabalho, porém essa cultura ainda apresenta muita resistência entre os funcionários, mas um bom líder sabe enxergar o que as palavras não dizem.

De Gois, Nogueira e Vieira (2011), defendem que "[...] o 'corpo fala' de forma consciente e inconsciente, e isto tem passado despercebido nos relacionamentos internos das organizações, gerando, muitas vezes, conflitos." (p. 4)

Nessa menção, os autores afirmam que a resistência em relação a comunicação não verbal gera muitos conflitos dentro das empresas, pois mesmo inconscientemente, esse tipo de comunicação acontece.

3.2 O PROCESSO DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL

A comunicação tem como objetivo transmitir uma mensagem, seja por palavras, ideias ou sentimentos, fazendo com que essa mensagem seja recebida com clareza, podendo assim, influenciar o comportamento do receptor, que pode variar na reação, conforme seus valores, crenças, história ou cultura. Na comunicação não verbal ocorre esse processo, porém sem utilizar palavras, emite o recado usando gestos, desenhos, olhares por exemplo. Pode ser observada na literatura, escultura, pintura e outras formas de expressão humana, como na vestimenta, por exemplo.

Peirano (2003), enfatiza:

> Rituais são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais [...] como vivemos em sociedade, tudo aquilo que fazemos tem um elemento comunicativo implícito. Ao nos vestirmos de determinada forma, ao assumirmos determinadas maneiras à mesa [...]. (p. 10)

Na opinião de Peirano, até a vestimenta é uma forma de comunicação não verbal e que essa comunicação, na maioria

das vezes, se dá por rituais.

A principal função da comunicação não verbal é a expressão dos sentimentos do emissor. Usando uma enfermeira como exemplo, a habilidade da comunicação facilita muito a sua função, que é prestar cuidados a quem precisa e, muitas vezes faz isso sem o uso de palavras, apenas com olhares, sorrisos, posturas, que acalmam quem precisa e, facilita ela prestar os seus serviços de forma adequada, tendo muitas vezes, que disfarçar seus próprios sentimentos e esconder suas preocupações pessoas para que isso não atrapalhe sua interação com o paciente.

Pross (1972), citado por Baitello Júnior (1998), considera que:

> Os sons e a fala, os gestos com as mãos, com a cabeça, com os ombros, os movimentos do corpo, o andar, o sentar, a dança, os odores e sua supressão, os rubores ou a palidez, a respiração ofegante ou presa, as rugas ou cicatrizes, o sorriso, o riso, a gargalhada e o choro são linguagens dos meios primários. (p.12)

Nesse trecho de Baitello Júnior demonstra que não tem como emitir uma mensagem sem palavras se não houver o sentimento de quem emite, isso reflete no comportamento do emissor da mensagem.

Atualmente, se dá mais importância para a Comunicação Verbal, porem a Comunicação não verbal existe desde a pré-história, onde o Homo Sapiens utilizava grunhidos e gestos para se comunicar e sempre foi entendido.

Para Birdwhistell (1985), "apenas 35% do significado social de qualquer interação corresponde ás palavras pronunciadas, pois o homem é um ser multissensorial que, de vez em quando, verbaliza".

A Comunicação não verbal se divide em quatro tipos: Paralinguagem, Proxêmica, Cinésica e características físicas. As quais detalharemos a seguir.

3.2.1 PARALINGUAGEM

Para o IBRALC (Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal), Paralinguagem são as características sonoras da voz.

Por características sonoras da voz entende-se como altura, tonalidade da voz e eventuais pausas na fala, as ferramentas que foram utilizadas e que não integram o vocabulário, como bocejos, tosses, risadas, etc.

Já para Daniels, Spiker e Papa (1997), "a paralinguagem consiste de sons na fala não verbal. Tom, inclinação, volume, flexão, inflexão, ritmo são elementos da paralinguagem". (p.98)

3.2.2 PROXÊMICA

Para Poyatos (1977 apud RECTOR & TRINTA 1985, p. 59), a Proxêmica pode ser definida como "A concepção, estruturação e o uso humano do espaço, abrangendo desde o ambiente natural ou construído até distâncias consciente ou inconscientemente mantidas na interação pessoal".

Percebe-se que para o autor, Proxêmica é como a pessoa utiliza o ambiente ao seu redor para se comunicar, o estudo da proximidade de pessoas e o espaço que ocupam, tendo ou não, contato físico nessas interações.

Por fim, segundo Bruognolo (1991), "A proxêmica nos ajuda a compreender o significado do espaço". (p. 405)

3.2.3 CINÉSICA

Poyatos (1997), define a Comunicação Cinésica como:

> Estudo sistemático de movimentos corporais baseados psicomuscularmente e/ou as suas posições resultantes, quer aprendidas ou somatogênicas, de percepção visual, visual-acústica e tátil ou cinestésica que, isolados ou

> combinados com as estruturas linguístico-paralinguísticas e com o contexto situacional, possuem valor comunicativo, seja consciente ou inconscientemente". (p.56)

Portanto, conclui-se que são todos os movimentos que fazemos com todas as partes do nosso corpo. Expressões faciais, postura corporal e gestos que acompanhem os atos da linguagem são exemplos dessa modalidade de comunicação não verbal.

Já para Daniels, Spiker e Papa (1997), "o estudo do movimento corporal denomina-se kinesics (do original), ou seja, o estudo das forças que causam ou influenciam os movimentos, usando as mesmas idéias empregadas na lingüística". (p.98)

3.2.4 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

Para o IBRALC, o conceito de características físicas é a forma e aparência do corpo. Quando vemos alguém que não conhecemos, a primeira coisa que notamos são as características físicas e esse é um exemplo de comunicação não verbal.

Segundo a Equipe IBC, "Neste tipo de comunicação não-verbal entram adereços, vestimentas, aspectos físicos e o impacto provocado por eles no interlocutor".

Portanto, o gestor conhecer a cultura de cada região é fundamental para o sucesso de um negócio, pois facilita a relação com fornecedores e evita gafes com clientes, não fazendo nada que agrida a cultura deles. A comunicação não verbal passa por um processo até a mensagem chegar no receptor, que pode ser emitida e entendida de diversas formas, como veremos a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme citado no item da metodologia de pesquisa deste trablho, o principal instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário, elaborado após a realização de pesquisas que compuseram o referencial teórico. Por meio da análise dos dados obtidos no questionário, busca-se alcançar os objetivos propostos nesta investigação.

Para a verificação dos dados, foi elaborada uma análise descritiva, onde foram expostos os resultados da pesquisa de acordo com as frequências absolutas apresentadas em tabelas referente a algumas quetsões do questionário aplicado. A análise descritiva, é a fase inicial deste processo de estudo dos dados coletados, auxiliando a organizar, resumir e descrever as informações, através da utilização de gráficos e porcentagens.

Assim se deu a análise dos dados obtidos, por meio de tabelas e gráficos, com a proposta de demonstrar a visão que algumas pessoas têm em relação a comunicação não verbal nas empresas e apresentar esse tipo de comunicação como mais um recurso a ser utilizado pelos gestores.

4.1 PESQUISA DE PÚBLICO

Na pesquisa de público, tivemos como objetivo obter informações sobre o perfil dos entrevistados, classificando algumas de suas características de acordo com os seguintes critérios: sexo/gênero, faixa etária, escolaridade, faixa salarial, função que exerce na empresa, tempo de atuação na empresa e ramo de atividade.

A tabela 1 apresenta a distribuição dos entrevistados de acordo com o sexo/gênero.

Tabela 01 - Gênero

Gênero	Respostas	%
Masculino	4/20	20%
Feminino	16/20	80%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Observe-se que a maioria dos participantes é do sexo feminino, representando 80% da amostra. O público masculino foi minoria (20%).

A tabela 2 mostra a distribuição dos participantes de acordo com a idade. Para tanto, estabelecemos quatro diferentes faixas etárias, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 02 – Faixa Etária

Idade	Respostas	%
Menos de 20 anos	0/20	0%
De 20 à 40	14/20	70%
De 40 à 60	6/20	30%
Mais de 60 anos	0/20	0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Dos 20 participantes, 14 (correspondendo a 70%) são da segunda faixa etária (de 20 a 40 anos). Os demais participantes se encontram na terceira faixa etária (de 40 a 60 anos). Não houve participantes da primeira faixa etária nem da última.

Tabela 03 – Escolaridade

Escolaridade	Respostas	%
Ensino Fundamental	0/20	0%
Ensino Médio completo	3/20	15%
Ensino Médio cursando	0/20	0%
Ensino superior	7/20	35%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Em relação à escolaridade, dez participantes (representando 50% da amostra) estão cursando o ensino superior. Três participantes têm ensino médio completo (15%) e os outros sete (35%) têm ensino superior completo.

A tabela 4, abaixo, apresenta o número de informantes de acordo com a faixa salarial. Para tanto, estabelecemos três faixas salariais: de 1 a 3 salários mínimos; de 4 a 6 salários mínimos; mais de 6 salários mínimos.

Tabela 04 – Faixa Salarial

Faixa Salarial	Respostas	%
De 1 a 3 salários mínimos	11/20	55%
De 4 a 6 salários mínimos	5/20	25%
Mais de 6 salários mínimos	4/20	20%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Tal distribuição revelou que onze participantes (55%) recebem de 1 a 3 salários mínimos. Cinco participantes (25%) declararam receber de 4 a 6 salários mínimos, enquanto quatro (20%) disseram receber mais de 6 salários mínimos.

A tabela 5 apresenta a distribuição dos participantes segundo a função exercida na empresa. Estabelecemos três categorias definidas (administração, vendas e compras) e uma categoria não especificada (outro).

Tabela 05 – Função na empresa

Cargo	Respostas	%
Administração	3	15%
Vendas	3	15%
Compras	7	35%
Outros	7	35%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

A tabela 5 mostra que a maior parte dos participantes (70%) trabalha ou em função de compras ou em alguma função não relacionada a nenhuma das demais, sendo 35% em uma ou em outra. Os participantes que trabalham em função administrativa ou em vendas correspondem a 30%, sendo 15% em cada uma dessas funções.

Tabela 06 – Há quanto tempo trabalha na empresa

Tempo	Respostas	%
Menos de 1 ano	4	20%
De 1 à 10 anos	10	50%
De 10 à 20 anos	2	10%
De 20 à 30 anos	4	20%
Mais de 30 anos	0	0%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

No que diz respeito ao tempo de atuação na empresa, a maioria dos participantes (50%) está atuando há pelo menos um ano e, no máximo, há 10 anos. Quatro participantes atuam a menos de um ano na empresa (20%) e outros quatro trabalham entre 20 e 30 anos (também 20%). A minoria dos participantes (apenas dois, correspondendo a 10%) respondeu que trabalha na empresa entre 10 a 20 anos.

Em relação à área de atuação, foram definidas cinco categorias. A tabela 7 apresenta o número de participantes que atuam em cada uma das categorias.

Tabela 07 – Ramo de atividade

Ramo	Respostas	%
Área Administrativa	2	10%
Área da Saúde	7	35%
Compras e Vendas	5	25%
Produção	3	15%
Outros	3	15%

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

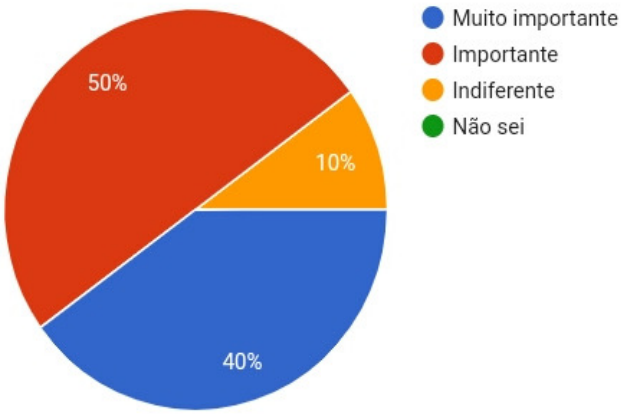
A tabela 7 revela que 10% dos participantes da amostra atuam na área administrativa, isto é, apenas dois participantes. Os participantes que trabalham na área da saúde representam 35% do total. Em relação à área de compras e vendas, 25% dos participantes responderam atuar nessa área. As áreas de produção e "outros", isto é, uma categoria que não corresponde às demais alternativas foram as que tiveram quantidades menos expressivas de participantes atuantes, com apenas 15% em cada uma.

4.2 PESQUISA DE OPINIÃO

Essa etapa do trabalho teve como objetivo identificar o conhecimento e a opinião dos participantes em relação à comunicação não verbal na sua empresa. Buscou-se avaliar o quanto as pessoas acham importante essa forma de comunicação, a frequência que a pessoa utiliza esse meio para se comunicar (ou ao menos acredita utilizar) e a influência que linguagem corporal exerce na relação com o cliente. Os participantes também, foram questionados sobre a possibilidade de a linguagem não verbal ser um recurso comunicativo utilizado pela empresa e, além disso, se a pessoa adotaria esse tipo de comunicação. Algumas questões referiam-se à percepção e/ou crença do participante: sua opinião sobre a linguagem não verbal prejudicar ou ajudar o ambiente de trabalho, se ela pode ser uma ferramenta que possibilite sucesso profissional, se a comunicação não verbal prejudica a comunicação verbal, se essa forma de linguagem é fundamental para a interação com o cliente (levando em consideração o ramo da atividade do entrevistado) e se ela é prejudicial quando usada de forma inadequada nas empresas.

Os gráficos que se seguem mostram os resultados das respostas dos participantes às perguntas do questionário.

Gráfico 01 – Que importância você considera que a comunicação não verbal tem na sua empresa?

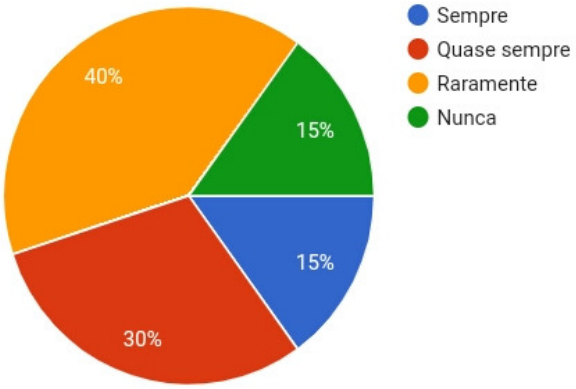


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Pode-se observar no Gráfico 1, que a maioria dos participantes considera a comunicação não verbal importante (50%) ou muito importante (40%) na empresa. Apenas dois participantes responderam que a comunicação não verbal é indiferente. Todos os participantes tiveram algum tipo de opinião sobre a linguagem não verbal – não houve sequer uma resposta da alternativa “não sei”.

Ao serem questionados sobre a frequência com que utilizam linguagem/comunicação não verbal na empresa, encontramos a seguinte distribuição, apresentada no gráfico 2:

Gráfico 02 – Com que frequência você utiliza a comunicação não verbal na sua empresa?

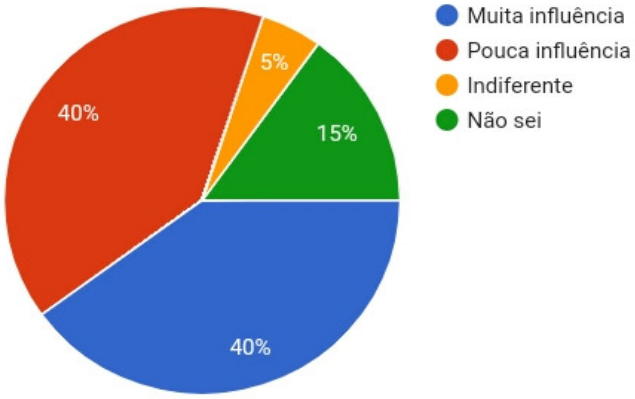


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Conforme se observa no gráfico 2, a maioria dos participantes respondeu usar raramente a comunicação não verbal (40%). Por outro lado, 45% dos participantes disseram usá-la sempre (30%) ou quase sempre (15%), enquanto apenas 15% responderam que não a usam nunca.

O gráfico 3 apresenta as respostas sobre a influência que os participantes acreditam a comunicação não verbal ter sobre o cliente.

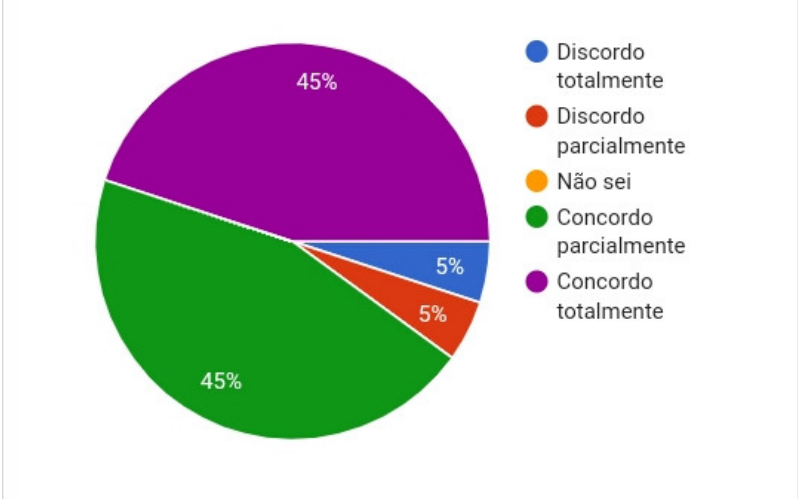
Gráfico 03 – Qual grau de influência a comunicação não verbal tem sobre o cliente na sua empresa?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Esse gráfico apresenta um resultado que nos impossibilitou de tecer conclusões seguras, visto que 40% dos participantes alegou haver muita influência da linguagem não verbal sobre o cliente e outros 40% alegaram haver pouca influência. Apenas um participante (5%) disse que a linguagem não verbal é indiferente em relação à influência sobre o cliente e outros três (15%) disseram não saber.

Gráfico 04 – Você concorda que a comunicação não verbal pode ser um recurso a ser utilizado nas empresas?

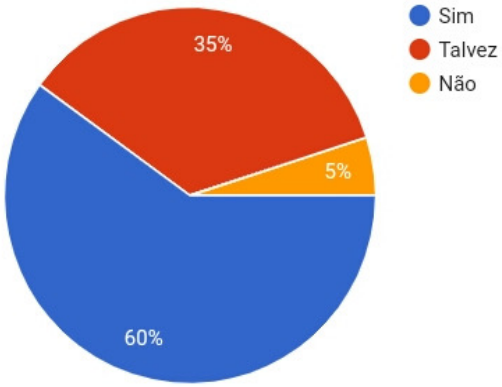


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

As respostas para essa pergunta foram, em boa medida, positivas: 90% concordam total (45%) ou parcialmente (45%) que a comunicação não verbal pode ser um recurso a ser adotado nas empresas. Nos dados do Gráfico 4, revela-se o público que discorda totalmente que a comunicação não verbal pode ser um recurso a ser utilizado nas empresas. Apenas dois participantes discordaram total ou parcialmente.

A pergunta seguinte buscava descobrir se os participantes adotariam linguagem não verbal como forma de inovação comunicativa na empresa. Os resultados estão apresentados no gráfico 5.

Gráfico 05 – Você adotaria a comunicação não verbal como uma inovação na sua empresa?

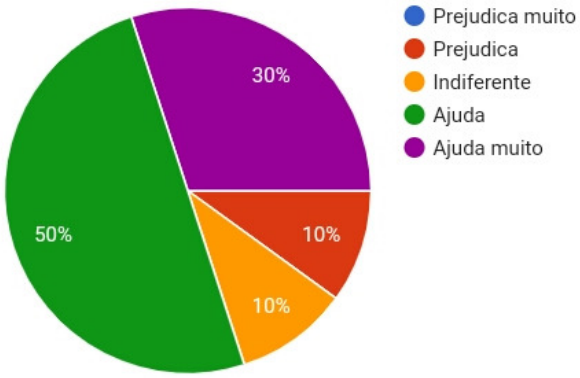


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Mais uma vez, a maior parte dos respondentes respondeu que sim (60%) ou talvez (35%) adotaria a linguagem não verbal. Apenas um dos participantes respondeu terminantemente “não”.

No que diz respeito à comunicação não verbal prejudicar ou ajudar o ambiente de trabalho, foram encontradas as seguintes respostas, indicadas pelo Gráfico 6:

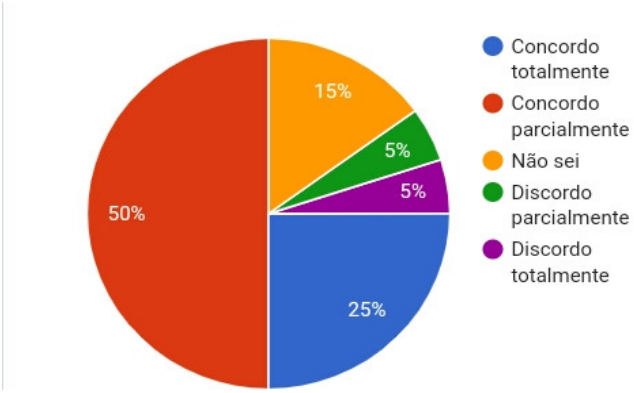
Gráfico 06 – Na sua opinião, a comunicação não verbal prejudica ou ajuda o ambiente de trabalho?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Novamente, a maioria das respostas indicou haver uma atitude positiva em relação ao uso de linguagem não verbal: 50% responderam que a linguagem não verbal ajuda e 30% responderam "ajuda muito". Dois participantes acreditam que a linguagem não verbal é indiferente, e outros dois responderam que ela prejudica. Nenhum participante escolheu a alternativa "prejudica muito".

Gráfico 07 – Você concorda que a comunicação não verbal pode ser uma ferramenta para se chegar ao sucesso profissional?

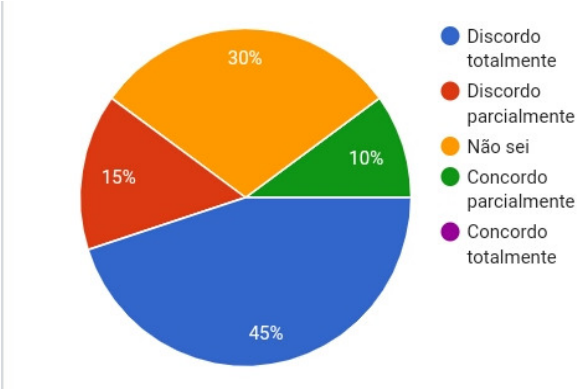


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

As respostas a essa pergunta revelaram que a maioria dos respondentes acredita que há, sim, importância da linguagem não verbal o suficiente para influenciar o sucesso profissional do indivíduo: 50% das respostas estavam parcialmente de acordo com a asserção e 25% estavam totalmente de acordo. Três participantes (15%) responderam não saber e 10% discordaram totalmente (5%) ou parcialmente (5%).

As respostas à pergunta “Você concorda que a comunicação não verbal prejudica a comunicação verbal?” parecem refletir em alguma medida as respostas das perguntas anteriores.

Gráfico 08 – Você concorda que a comunicação não verbal prejudica a comunicação verbal?

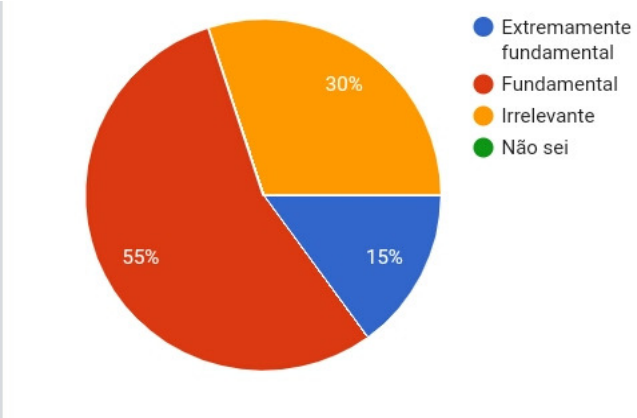


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Apesar de 30% dos participantes terem respondido não saber se a linguagem não verbal pode ou não ser prejudicial à linguagem verbal, 45% das respostas mostram discordância, isto é, acreditam que a linguagem não verbal **não** prejudica a comunicação verbal. Dois participantes concordaram com essa afirmação e três discordaram parcialmente.

O gráfico 9 apresenta as respostas à pergunta relacionada a se a comunicação não verbal seria fundamental na interação com o cliente.

Gráfico 09 – No seu ramo de atividade, você considera a comunicação não verbal fundamental na interação com o cliente?

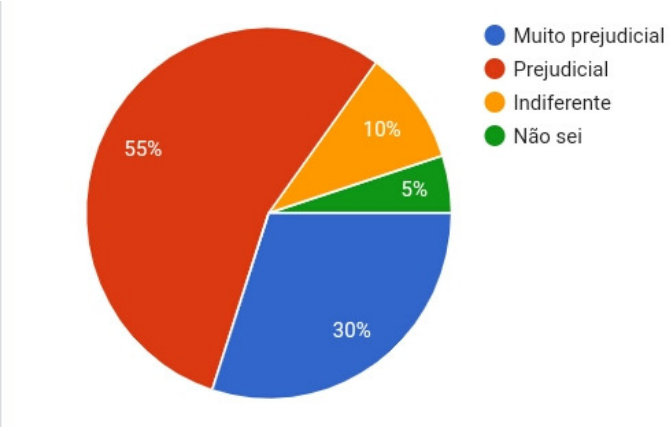


Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

Para a maioria dos participantes, a linguagem não verbal é fundamental (55%) ou extremamente fundamental (15%) na interação com o cliente. Os demais participantes responderam que a linguagem não verbal, definitivamente, é irrelevante na interação com o cliente.

A última pergunta buscava apurar se o uso inadequado da linguagem não verbal nas empresas seria prejudicial. Os resultados são apresentados no gráfico 10.

Gráfico 10 – Você considera a comunicação não verbal prejudicial quando usada de forma inadequada nas empresas?



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.

No Gráfico 10 observamos que o público que considera a comunicação não verbal muito prejudicial, quando usada de forma inadequada nas empresas, representa 30% da amostra. O público que considera o uso inadequado prejudicial constitui a maioria das respostas (55%). Dois participantes (10%) consideram ser indiferente o uso inadequado da linguagem não verbal, enquanto apenas um participante (5%) declarou não saber.

Foi possível observar que, no dia a dia, a comunicação não verbal é considerada indispensável tanto na vida pessoal quanto profissional da maioria dos participantes da pesquisa. Seria possível, portanto, que as empresas pudessem adotar a linguagem não verbal, pois além de facilitar as relações individuais, foi considerada uma ferramenta para o sucesso profissional, bem como um recurso indispensável para a interação com o cliente.

De modo geral, a comunicação não verbal pode aprimorar o desempenho dos funcionários nas empresas, mas convém observar que o medo em relação a essa linguagem, torna esse recurso, muitas vezes, ineficaz. É fundamental portanto, os gestores se empenharem em informar seus funcionários quanto à importância desse tipo de comunicação, fornecendo-lhes a possibilidade de, como os próprios participantes responderam, obterem sucesso profissional.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O presente trabalho se propôs a analisar o comportamento e a visão das pessoas em relação a "Comunicação não verbal nas empresas" e proporcionou uma pesquisa ampla e muito conhecimento adquirido para a investigadora sobre o tema abordado. O tema abordado é de extrema relevância, não só para o meio empresarial, como para o meio acadêmico e para crescimento pessoal também, pois muitos desconhecem o tema e, por esse motivo, não utilizam como recurso, sem saber que pode ser de grande ajuda, se for utilizado adequadamente.

Como destaque, a pesquisa indica, que a 80% dos entrevistados são do sexo feminino, como mostra a tabela 01, e 70% têm a faixa etária de 20 a 40 anos, como mostra a tabela 02. Já em relação a Comunicação não verbal, apenas 60% adotariam esse recurso como uma inovação na sua empresa. Destacamos que a maior parte dos

entrevistados acredita mais nessa comunicação no seu ramo de atividade, como mostra o gráfico 09, no qual 55% consideraram aquela ferramenta como fundamental no seu ramo de atividade.

Esperamos que com este trabalho, possamos ajudar os estudiosos a terem uma visão mais ampla sobre a utilização desse recurso, tão importante na vida pessoal e profissional de todas as pessoas.

Por fim, esperamos que este artigo pudesse servir de base a novos trabalhos sobre o tema, ou mesmo levar à reflexão sobre a possibilidade de conduzir discussões acerca da comunicação/linguagem não verbal nas empresas. Como sugestão para uma futura evolução da pesquisa sobre o tema, sugerimos um aprofundamento do assunto como forma estratégica em todos os âmbitos profissionais.

REFERÊNCIAS

BAITELLO JÚNIOR, Norval. **A evolução da comunicação para o digital**. Disponível em: <www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/230785.pdf>. Acesso em: 03/12/2020.

_____. **Comunicação, mídia e cultura**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 12, n. 4, 1998.

BARROS FILHO, Humberto Moreira. **O som do silêncio: a linguagem não verbal em sala de aula de língua inglesa**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso, 2012. Curso de Licenciatura Plena em Letras Português e Inglês. Universidade Estadual de Goiás. UnU Goiás. Disponível em: <https://osomdsilencio.wordpress.com/a-origem-da-comunicacao-nao-verbal/>. Acesso em: 03/12/2020.

BUENO, Yhulds. **Desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.pensador.com/desenvolvimento/15/>. Acesso em: 03/12/2020.

CAETANO, Sara Vicente; MIRA, António Ricardo. **Contributos da comunicação não-verbal na integração social, cultural e educativa de imigrantes numa perspectiva de multiculturalidade – um estudo de caso**. Disponível em: http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/10503. Acesso em: 03/12/2020.

CARDOSO, Cláudio. O corpo presente. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BENTES, Ivana M. G.; PINTO, Milton José (Org.). **Comunicação e sociabilidade nas culturas urbanas contemporâneas**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 41-53.

CUNHA, Kathia Castilho. **Do corpo presente à ausência do corpo: moda e marketing**. 2004. 205 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica – Signo e Significação nas Mídias)−Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

GOIS, Aline Kátia de; NOGUEIRA, Maria Francisca Magalhães; VIEIRA, Nadia Vitorino. **A linguagem do corpo e a comunicação nas organizações**. Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 1-12, jun./ago., 2011.

GONÇALVES, Elizabeth Moraes. **A Palavra no Mundo da Imagem: Uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa nos Cursos de Publicidade e Propaganda**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Livro%20GTP/palavra.htm>. Acesso em: 06/12/2020.

IBRALC (Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal). **Conhecendo a Linguagem Corporal**. Disponível em: <http://linguagemcorporal.net.br/>. Acesso em: 04/10/2020.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. 193 p.

LEMOS, Ilsa Solka de. **A comunicação não verbal: um Estudo de Caso**. Disponível em: <https://fdocumentos.tips/document/unirevlemos-ver5.html>. Acesso em: 06/12/2020.

MACHADO, Geraldo Magela. **História da Comunicação Humana**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/historia-da-comunicacao-humana/>. Acesso em: 03/12/2020.

MEHRABIAN, Albert. **A comunicação não verbal nos negócios**. Disponível em: <https://blogs.funiber.org/pt/empresas-e-rh/2015/05/23/funiber-a-comunicacao-nao-verbal-nos-negocios>. Acesso em: 03/12/2020.

MIRANDA, Clarissa; RODEGHERI, Vera. **O PAPEL DA COMUNICAÇÃO NÃO VERBAL PARA O COMUNICADOR PÚBLICO: um estudo baseado na expressão jornalística televisiva**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/284866916_O_papel_da_comunicacao_nao_verbal_para_o_comunicador_publico_um_estudo_baseado_na_expressao_jornalistica_televisiva_The_role_of_communication_no_verbal_for_public_communicator_a_study_based_on_televis>. Acesso em: 05/12/2020.

PADUA, Ludmilla Botinelly de Oliveira. REINERT JUNIOR, Adival José**. A importância da comunicação não verbal para uma liderança organizacional eficiente.** Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/comunicacao/lideranca-organizacional>. Acesso em: 02/12/2020.

PEASE, Allan; PEASE Barbara. **A linguagem corporal no trabalho – como causar uma boa impressão e se destacar na carreira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Rio de janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RECTOR, Mônica & TRINTA, Aluizio Ramos. **Comunicação não-verbal: a gestualidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

RIBEIRO, Anely; GUIMARÃES, Marcelo Hagebok. **A linguagem verbal e não verbal: influência da corporalidade no processo de comunicação organizacional**. Disponível em: <http://www.abrapcorp.org.br/anais2009/pdf/GT4_Ribeiro_Guimaraes.pdf>. Acesso em: 05/12/2020.

SILVA, Lúcia Marta Giunta da *et alli.* **Comunicação não verbal: Reflexões acerca da linguagem corporal**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692000000400008>. Acesso em: 06/05/2020.

VIANA, Raimundo Nonato Assunção. **Corpo, estética e dança popular: situando o bumba-meu-boi**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 215-226, 2005.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. **O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal**. 54.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OUTROS SITES CONSULTADOS:

<https://dtcom.com.br/wayco/temas/section_2/pesquisa_qualitativa_e_quantitativa/>. Acesso em: 03/12/2020.

https://administradores.com.br/artigos/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos. Acesso em: 05/12/2020.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College. Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini@bol.com.br

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade investigar o computador como instrumento pedagógico na sala de aula para quebra de paradigmas das aulas expositivas, que há tempo estão ultrapassadas, bem como sua capacidade de motivar os alunos na elaboração de trabalhos e pesquisas e mostrar a importância da informática na educação aliada aos processos sustentáveis, tendo em mente que o uso do computador no ensino deve agir como agente de construção de conhecimento pelo aluno e não como um mero transmissor de informação para apresentar um conteúdo.

Palavras-chave: Ensino. Tecnologia. Computador.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the computer as a pedagogical tool in the classroom to break the paradigms of lecture classes, which have long been outdated, as well as its ability to motivate students in the preparation of papers and research and show the importance of information technology in education combined with sustainable processes, bearing in mind that the use of computer in education should act as an agent for the construction of knowledge by the student and not as a mere transmitter of information to present a content.

Keywords: Teaching. Technology. Computer.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos foram muito maiores do que em toda a história da humanidade. Através desses avanços, muita coisa mudou. Dentre essas mudanças, três foram as mais significativas: as mudanças das necessidades das empresas em relação ao funcionário, a forma de obtenção de informações e a comunicação em geral.

Em relação às necessidades das empresas, é importante destacar que agora não basta apenas um funcionário que realize seu trabalho de forma sistemática, mas sim um trabalhador que tenha conhecimento suficiente para prever e solucionar problemas, utilizando estratégias inovadoras.

Sobre as formas de obtenção de informações, até pouco tempo, as pessoas só podiam contar com os livros e impressos em geral. Hoje, através da Internet, qualquer um pode obter a informação que quiser, sem sair de casa. E a Internet também possibilitou mudanças nas formas

de comunicação em geral. Se antes as pessoas contavam apenas com o telefone, cartas, ou conversas pessoais, atualmente, através dos correios eletrônicos, “chats” e aplicativos para conversas, podem conversar e trocar informações com muito mais rapidez e liberdade.

Assim, essas mudanças acabaram afetando também a educação, já que cabe a ela a formação do cidadão consciente e crítico, capaz de inserir-se na sociedade e modificar a realidade em que vive quando julgar necessário. Atualmente, para formar esse cidadão é preciso oferecer a ele conhecimentos relacionados à informática e da Internet.

No entanto, para que essa utilização se dê de forma significativa, é preciso capacitar os professores, que deverão estar capacitados de tal forma que percebam como se deve efetuar a integração da tecnologia com a sua proposta de ensino. Cabe a cada professor descobrir a sua própria forma de utilizá-la, conforme o seu interesse educacional, pois, não existe uma forma universal para utilização dos computadores na sala de aula.

CONHECENDO A REALIDADE CONCRETA

Qualquer projeto desenvolvido na área de educação deve ser analisado sob uma ótica que tenha como pressuposto que os projetos educacionais devem ser desencadeados, não a partir de altos escalões da burocracia estatal, mas, antes de tudo, a partir dos interesses expressos por aqueles que vivem a escola no seu cotidiano.

Aquilo que é diagnosticado, que é definido pelos setores organizados da sociedade, tem a possibilidade de produzir os resultados objetivados, pois é fruto de uma elaboração conjunta daqueles que vivem e se interessam pela problemática escolar no seu cotidiano. Eles demonstram a capacidade, a partir de um assessoramento, não só de emitir opiniões sobre o que ocorre na escola, mas de participar na definição de seu papel político-pedagógico.

Oliveira (2017) afirma que:

> Estimular o envolvimento da comunidade, ou pelo menos da comunidade escolar, neste processo (no nosso caso de informatização) não busca apenas satisfazer os ideais de democracia que tanto defendemos, mas visa também garantir que as conquistas alcançadas pela escola não sejam inteiramente dependentes dos que ocupam os cargos de decisão no Estado, pois esse envolvimento deve contribuir para a manutenção desses avanços, independente de governadores, secretários de educação e diretores de escola, posto que as melhorias e modificações na escola são frutos da organização e da elaboração conjunta de seus integrantes. (OLIVEIRA, 2017, p. 61)

Este prévio amadurecimento sobre as possibilidades do trabalho com computador na escola é, para Almeida (2015), não só necessário, como também permitirá à comunidade escolar ter uma visão do universo de problemas que pode ser atacado com esse instrumental computacional.

Assim, segundo Almeida (2015, p. 22), é necessário que a comunidade faça um levantamento das deficiências da escola, pois sem ele cai-se, necessariamente, naquela costumeira situação de se ter uma “solução a cata de um problema”.

Kuenzer (1986) argumenta que no processo de diagnose e determinação dos problemas educacionais, deve haver níveis distintos, porém de participação articulada, em que, tanto as pessoas ligadas à escola, como os profissionais e órgãos do Estado se articulem de modo a implementar soluções adequadas à realidade estudada.

A falta de um processo de diagnose e determinação dos problemas educacionais acabou levando a informatização das escolas públicas brasileiras a alguns descompassos. Na compreensão de Kuenzer (1986, p. 80), estes descompassos são decorrentes da lógica dos estilos burocráticos, em que as decisões são tomadas "por sobre a realidade", ocorrendo uma inversão entre a proposta e a situação: ao invés da proposta adequar-se à situação, é a realidade que deve ajustar-se à proposta.

Em consequência desses descompassos, a informatização nas escolas acabou sofrendo uma reação negativa por parte dos professores e outros setores da sociedade. Para Almeida (2015, p. 57), essa reação não se caracteriza apenas como uma rejeição ao novo, mas se dá em decorrência das experiências negativas que vários destes segmentos sociais já tiveram a respeito de outras tecnologias que se proclamam salvadoras, mas que só trouxeram novos laços e enganos, com alguns parcos benefícios.

Segundo Viana (2006), desarticulações como estas não acontecem por acaso, mas são decorrentes do modelo de planejamento que até agora vem sendo desenvolvido na educação, o qual não visualiza a educação na sua totalidade, mas sim de forma fragmentada.

> A realidade é que, até hoje, nenhum tipo de planejamento das atividades escolares conseguiu efetivar a tarefa primordial de especificar, adequar e inovar a ação pedagógica traduz-se em passos fragmentários e isolados de ação educativa, envolvendo apenas alguns aspectos dessa mesma ação, esquecendo-se do todo. (VIANA, 2006, p. 42)

Tomando como referência as idéias defendidas por Viana (2006, p. 46) sobre planejamento participativo, podemos dizer que, caso existisse um modelo de introdução da informática na escola que tivesse como pressuposto básico a participação de professores e de outros que compõem a escola, poderia ter se garantido, em grande parte, a realização do decidido, inclusive junto aos órgãos governamentais, diminuindo o risco da descontinuidade administrativa decorrente no próprio sistema, podendo inclusive, pressionar os administradores a cumprirem as "promessas públicas".

Na compreensão de Viana (2006, p. 98), na medida em que há um envolvimento da comunidade na participação da elaboração e da execução das atividades, ela é capaz de encaminhá-las com maior perfeição, por meio do diálogo, criando condições para solucionar os problemas ali existentes. Além disso, ela entende que toda comunidade, atuando e decidindo, diminuirá os riscos de descontinuidade, pela pressão que passa a exercer sobre as sobre as autoridades administrativas.

Dessa forma, Viana (2006, p. 103) enfatiza que as decisões a respeito dos trabalhos escolares, partindo da própria comunidade onde a escola está inserida, garantirão que este trabalho se realize de forma realista, objetiva e adequada aos interesses e necessidades da clientela e da própria comunidade.

A entrada dos computadores na educação foi a propulsora de uma nova relação entre os professores e alunos, uma vez que a chegada desta tecnologia sugere ao professor um novo estilo de comportamento em sala de aula, talvez, até, independentemente da forma de utilização que ele faça deste recurso no seu trabalho.

À medida que os professores passem a utilizá-lo, não encontrarão espaço as práticas que inibam o aluno de avançar na elaboração de estratégias próprias de resolução de problemas, bem como na construção de atividades que sejam expressões da imaginação rica e sem limite da criança ou do adolescente.

Para permitir que sejam alcançados os objetivos desta busca, o professor não

deve seguir essa trilha sozinho. É preciso que aqueles que administram o sistema educacional formulem estratégias que garantam ao professor capacitar-se para desempenhar novas funções, numa sociedade (e em uma escola) que assume novas feições, marcada pelo domínio da informação e pelos recursos computacionais.

> Assim, dotar o professor de uma formação para utilizar o computador na escola não se pode reduzir apenas a instrumentá-lo de habilidades e conhecimentos específicos, mas também garantir que ele tenha compreensão das relações entre essa tecnologia e a sociedade. (ROITMAN, 2012).

Quanto ao modelo de capacitação considerado "ideal" para formar novos professores, algumas características podem ser apontadas, tais como as apresentadas a seguir.

Segundo Roitman (2012), as atitudes de desmistificação do computador, diminuição da resistência à tecnologia educacional, quebra do ceticismo em relação às contribuições do computador na educação, necessárias para o trabalho com Informática Educativa, podem ser alcançadas com a realização de debates e seminários, construindo o que poderíamos chamar de sensibilização. Todavia, questões atinentes ao que o professor desenvolverá em sala de aula – tais como: Ele será um simples usuário de programas? Um produtor de programas educativos? Um avaliador crítico de softwares? – efetivamente definirão o modelo e os objetos das formações a ser desenvolvidas.

Para Valente (2001), as atividades com o computador na escola têm se revestido em duas modalidades: ensino de informática e ensino pela informática.

A primeira caracteriza-se por dar noções superficiais ao aluno de conceitos de programação, princípios de funcionamento do computador etc. Esta forma, segundo o autor, contribui muito pouco para a melhoria da qualidade de ensino. O segundo modelo, ensino pela informática, é o que caracteriza o que se chama informática educativa, pois aí o aluno, em diversas atividades que podem ser desenvolvidas no computador, tais como: programação, simulação, uso de softwares educativos, etc., poderá desenvolver estratégias de aprendizagem que contribuam na assimilação dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Assim, abordando as possíveis formas de utilização do computador no ensino, os cursos de capacitação contribuirão para que o professor possa inserir-se nessa nova realidade que se aproxima para a escola. Pois sendo ele capaz de avaliar os melhores programas educativos que podem ser utilizados em sala de aula, também lhe caberá a definição da melhor maneira de empregar essa tecnologia de forma que a informática na educação seja vista, não como uma panacéia para os problemas escolares, mas, antes de tudo, como um novo recurso didático que pode contribuir na melhoria da qualidade do ensino.

Esta formação, com certeza, não será encontrada em cursos ligados, exclusivamente, à informática, mas sim dentro de uma capacitação que tenha como referência o papel político-pedagógico que se espera do professor.

Podemos enumerar pelo menos seis formas universalizadas de utilização do computador na escola: instrução programada, simulações, aprendizagens por descoberta, pacotes aplicativos, pesquisas e comunicação.

Cada uma dessas modalidades tem seus objetivos específicos a serem atingidos, e deve ser usada nas situações de ensino-aprendizagem que mais se adaptam à realidade escolar. Cabe à escola avaliar a modalidade a ser utilizada e em que momento.

Segundo Chaves (2008), são várias as atividades que podem ser utilizadas no

ensino programado. No entanto, por ser caracterizada pela realização de atividades repetitivas, os assuntos mais usualmente trabalhados são: operações aritméticas, vocabulário de línguas estrangeiras, ortografia, símbolos de substâncias químicas.

Ainda segundo Chaves (2008), sua utilização se justifica pela tentativa de ajudar os alunos a memorizar os conteúdos, a fim de dar apoio aos mais atrasados para alcançar o restante da turma, visto que, nessa forma de utilização do computador, é possível um atendimento mais individualizado ao aluno.

Além de informar se a resposta está correta ou não, estes programas normalmente emitem um quadro de avaliação de desempenho do usuário, no qual são informados: o tempo gasto para executar a tarefa; o número de questões corretas, de incorretas e o percentual de acerto; estas informações podem ser gravadas (salvas), de forma que o professor possa acompanhar o desempenho do aluno.

Uma variação mais sofisticada da instrução programada, que vai um pouco mais além da execução de exercícios repetitivos, é a que engloba os tutoriais.

Tajra (2000) define os tutoriais como:

> Softwares que apresentam conceitos e instruções para realizar algumas tarefas em específico; geralmente possuem baixa interatividade. Os conceitos se limitam ao enfoque da equipe de desenvolvimento, o que muitas vezes não coincide com a necessidade e abordagem da orientação do professor. (TAJRA, 2000)

Oliveira (2017), por sua vez, destaca que:

> O objetivo do tutorial é levar o computador a instruir o alunos como se aquele fosse um tutor em contato individualizado com este. A maior parte dos tutorias oferece um conjunto de informações e, posteriormente, propõe questões sobre o que foi abordado; cada uma destas admite número limitado de respostas possíveis. Dependendo da resposta emitida pelo aluno, esta poderá ou não estar entre as que estão inclusas na memória do computador. (OLIVEIRA, 2017, p. 102)

Embora esta variação da instrução programada seja mais avançada e possa produzir melhores resultados que as atividades convencionais caracterizadas por exercícios repetitivos, isso exige uma atividade maior de programação, tornando sua elaboração de difícil realização por parte dos professores.

Uma simulação que atenda aos interesses pedagógicos requer algumas características, tais como ser um sistema simplificado, de modo a permitir, por um lado, que haja interação com o aluno na manipulação de variáveis e, por outro lado, que ele se aproxime o máximo possível do real.

Todavia, mesmo a simulação atendendo a estes requisitos, Chaves (2008) chama à atenção para que, ao final, o professor intervenha, colocando para os alunos os pressupostos que direcionaram a construção daquele sistema, a fim de que eles próprios compreendam porque ele se comportou de forma coma modificação de alguma situação, e possam detectar as imitações encontradas na simulação.

Esta talvez seja, dentre todas as formas de utilização do computador na educação, a que mais se tem disseminado nas escolas, não só por ter sido desenvolvida com objetivos educacionais, mas por trazer consigo uma proposta filosófico-educacional que rompe com o modelo de educação em que o processo se concentra na figura do professor, colocando os alunos como depósito de informações previamente selecionadas.

Esta proposta filosófica desenvolvida por Papert (1986) não representa procedimentos apenas para o trabalho com os computadores, mas tem

como objetivo a formulação de uma nova metodologia de ensino, ou seja, de um novo modelo de escola. Ele acredita que a articulação do potencial do computador com um novo modelo de escola pode garantir a transformação de todos os processos de ensino-aprendizagem hoje existente.

Para Papert (1986), aquilo que é aprendido pelo esforço próprio da criança tem muito mais significado para ela e se adapta melhor às suas estruturas mentais, uma vez que o processo de aprendizagem requer, para as informações novas, uma estrutura anterior que permita que estas possam ser melhor assimiladas. Nesta filosofia não encontra respaldo a aprendizagem passiva, caracterizada apenas pela absorção de informações. O mais importante é a investigação, o processo exploratório ao qual é induzido o alunos, levando este a desenvolver um verdadeiro processo de descoberta.

A utilização do computador integrada a softwares educativos não garante uma adequada utilização desta tecnologia como ferramenta pedagógica. O fato de um professor estar utilizando o computador para ministrar uma aula não significa, necessariamente, que esteja aplicando uma proposta inovadora. Muitas vezes essa aula é tão tradicional quanto uma aula expositiva com a utilização do giz.

A indústria de desenvolvimento de softwares educacionais ainda está iniciando; muito ainda tem de ser melhorado. A maioria dos softwares disponíveis nada mais é do que um livro eletrônico. Alguns softwares educativos se utilizam das diversas mídias que podem ser agrupadas (som, texto, animação, desenho), mas não estimulam o desafio, a curiosidade e a resolução de problemas. Alguns softwares educacionais são rejeitados pelos próprios alunos que reclamam da reutilização dos softwares, achando-os cansativos e sem atrativos.

Não tendo como finalidade o processo educacional, os softwares abertos – processadores de textos, planilhas eletrônicas e banco de dados – podem oferecer, segundo os defensores da informática educacional, grandes vantagens se forem utilizados no processo de ensino, principalmente nos dias atuais em que a informática domina todos os campos da sociedade.

Os processadores de texto são softwares que apresentam vários recursos de elaboração de textos, tornando mais fácil e rica a produção de trabalhos, visto que por meio deles é possível incluir diversos tipos de fontes, estilos, bordas, figuras, margens, parágrafos.

Para os que defendem esta forma de utilização do computador no ensino, a maior justificativa se encontra na possibilidade de os alunos desenvolverem o interesse pela produção de textos, uma vez que, ao utilizar o computador em sua elaboração, esta atividade torna-se muito mais rica, quando a compararmos com a forma tradicional de escrita. Segundo Tajra (2000),

Além dos aspectos práticos, que justificam a utilização dos processadores de textos, devem ser levados em conta os aspectos afetivos que norteiam o trabalho com este aplicativo. Percebe-se que para o aluno se torna muito mais divertido realizar uma tarefa, normalmente considerada “chata”, com um computador; pois como disse Chaves (2008), o computador traz um fator importante para o trabalho em sala de aula, que é o aspecto motivacional.

Assim as tecnologias interativas aplicadas na educação fazem parte do cotidiano dos educandos. Não podemos negligenciar a existência de um novo mundo que fomos inseridos e que a cada dia fazemos mais proveitos pessoais, vivenciando definitivamente uma nova era, portanto quase todas as escolas, também utilizam a informática como recurso pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho permitiu constatar que o uso da informática, de forma positiva dentro de um ambiente educacional, irá variar de acordo com a proposta que está sendo utilizada em cada caso e com a dedicação dos profissionais envolvidos. Assim, é importante que as pessoas incorporadas nesses projetos estejam dispostas aos novos desafios.

O despreparo dos professores em articular a informática com os alunos, faz-nos salientar sobre a capacitação do docente nesta área. Isso traduz-se em passos fragmentários e isolados de ação educativa, envolvendo apenas alguns aspectos dessa mesma ação, esquecendo-se do todo, ou seja, colocar máquinas e formar professores não basta, a democracia provirá, também, das condições dadas para sua utilização, quer seja, faz-se necessário uma infra-estrutura de apoio que permita sua utilização no cotidiano e que garanta o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. **Educação e informática:** Os computadores na escola. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 2015.

CHAVES, Eduardo. **O uso de computadores na escola:** fundamentos e críticas. São Paulo: Scipione, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** A pedagogia crítico-social dos conteúdos. [4ª ed.] São Paulo: Loyola, 1986.

MELLO, Guiomar N. de. Educação escolar e classes populares: Uma reflexão sobre o atual momento educacional e político do Brasil. *In*: ALVES, Nilda. **Educação e supervisão:** O trabalho coletivo na escola. [2ª ed.] São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

MORAES, Raquel de Almeida. **Informática na Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa:** Dos planos e discursos à sala de aula. Campinas, São Paulo: Papirus, 2017.

PAPERT, Seymour. **Logo: Computadores e educação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ROITMAN, Riva. **Preparo de professores: Desafio da nova tecnologia**. *In*: **Simpósio Brasileiro de Informática Educativa (I SBIE).** Anais. Rio de Janeiro: SBC, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. [16ª ed. rev.] São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.

TAJRA, Sammya Feitosa. **Informática na educação:** novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. [2ª. ed. rev., atual. e ampl.] São Paulo: Érica, 2000.

VALENTE, José Armando. Uso do computador na educação. *In*: VALENTE, José Armando (org.). **Liberando a mente:** Computadores na educação especial. Campinas: Unicamp, 2001.

VIANA. Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola:** Um desafio ao educador. São Paulo: EPU, 2006.

O PAPEL DO TUTOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Alex Sandro Tomazini

Graduado em Geografia, Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017), Doutor em Ciências da Educação pela Saint Peters College. Mestrando em Ciências da Educação pela University of Athens e no curso Governo, Estado e Políticas Públicas na Universidade Latino Americana de Serviço Social.

alextomazini@bol.com.br

RESUMO

Este trabalho aborda as mudanças ocorridas no comportamento das pessoas e a consequente exigência de reestruturação das instituições civis e educacionais. As informações passaram a chegar à população em tempo real, cadenciadas pela nova atualização modular científica e tecnológica. Com o surgimento da rede mundial também observamos uma renovação nos cursos a distância, que passaram a abranger diversas modalidades, como graduações e especializações. Diante desse horizonte, os professores/tutores também tiveram que buscar cursos de formação continuada para se adequarem aos novos padrões de ensino EAD, através da capacitação e apropriação das mídias para tutoria on-line. Por outro lado sabemos que a formação do professor/tutor não se limita apenas ao âmbito tecnológico, mas também quanto à sua atualização como profissional da educação e seus recursos didáticos e pedagógicos. Nossas leituras apontaram para cursos de formação que embasam o novo profissional EAD como um profissional competente na área pedagógica, capaz de solucionar problemas, com domínio da área tecnológica e midiática, liderança em coordenar o curso, tempo dispensado aos atendimentos de alunos, dedicação e habilidades para gerir seu grupo de alunos que certamente deve ser bastante heterogêneo.

***Palavras-chave**: Ensino a distância; Formação; Tutoria.*

ABSTRACT

This work addresses the changes in people's behavior and the consequent need to restructure civil and educational institutions. The information started to reach the population in real time, measured by the new modular scientific and technological update. With the emergence of the worldwide network, we have also seen a renewal in distance learning courses, which now cover various modalities, such as degrees and specializations. Given this horizon, teachers / tutors also had to seek continuing education courses to adapt to the new standards of distance learning, through training and appropriation of the media for online tutoring. On the other hand, we know that the training of the teacher / tutor is not limited only to the technological scope, but also to his updating as an education professional and his didactic and pedagogical resources. Our readings pointed to training courses that support the new EAD professional as a competent professional in the pedagogical area, capable of solving problems, with mastery of the technological and media area, leadership in coordinating the course, time spent on attending students, dedication and skills to manage your group of students which must certainly be quite heterogeneous.

***Keywords**: Distance learning; Training; Mentoring.*

INTRODUÇÃO

A procura por Educação a Distância (EAD) no Brasil tem crescido muito a cada ano, e muitas Instituições de Ensino Superior (IES) oferecem cursos nesta modalidade de ensino atendendo às demandas diversas no sentido de formação e aperfeiçoamento profissional, oferecendo cursos de extensão, graduação e pós-graduação.

Como amparo legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de n° 9394/96, no artigo de n° 80 e o Decreto de nº 9.057/2017, que regulamenta este artigo,trazem muitas contribuições para a EAD. A Proposta de Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (MEC, Brasil), podemos considerar que é um documento norteador que pode contribuir para ações de regulação, supervisão e avaliação da EAD no ensino superior, visando a qualidade dos cursos ofertados pelas IES, nesta modalidade de ensino.

A qualidade esperada perpassa pela reflexão sobre o ensino a distância, ou seja, a denominação “a distância” nos induz a pensar em distância geográfica e isolamento. No entanto, está aí o ponto chave da EAD, superar qualquer distância, aproximar, interagir, utilizando para isso meios tecnológicos, como televisão, internet, videoconferência, telefone, e-mail, entre outros, e o principal, pessoas.

E estas interações exigem a figura de um profissional muito importante: o tutor, que necessita de competências e habilidades específicas para contribuir para a qualidade e superação do distanciamento nos cursos oferecidos nesta modalidade de educação.

Para garantir esta qualidade na EaD, o papel do tutor exige uma postura diferenciada. Como um profissional polidocente (MILL; RIBEIRO; OLIVEIRA, 2010, p. 23), as competências e habilidades que se esperam de um tutor são: pedagógicas, socioafetivas, tecnológicas, autoavaliativas e gerenciais. Essas competências são aprofundadas nesta pesquisa bibliográfica de forma a mostrar sua aplicação como meio de garantir o sucesso da EaD, tendo em vista sua grande expansão.

Segundo Nóvoa (1992) a formação docente não deve acontecer somente por meio de cursos mas também como parte de um processo contínuo e reflexivo na construção de uma identidade pessoal de cada docente.Com a criação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROFINFO) através da portaria nº 522/MEC de abril de 1997 que tem como objetivo o uso pedagógico de Tecnologias de Informação e Comunicação em escolas públicas que passaram a utilizar laboratórios de informática assegurando a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação em todas as etapas e modalidades.

O uso das TICs tem sido um desafio para os professores que têm claramente a necessidade de adquirirem competências que lhes proporcionará condições de incrementar suas aulas e oportunizará a seus alunos um aprendizado baseado nas tecnologias. As dificuldades dos professores está pautada no desconhecimento e devem ser minimizada por meio de formação continuada objetivando novos conhecimentos, contextualizando seu aprendizado e experiências adquiridas durante sua formação, compatibilizando com as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõem a atingir em sala de aula.

Por outro lado o docente deve ser capaz de superar entraves administrativos e pedagógicos, derrubar paradigmas de um sistema de ensino fragmentado frente a uma nova abordagem integradora voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno.

Considerando a demanda atual por procura de cursos na modalidade a distância, e pensando na qualidade destes cursos que são oferecidos pelas instituições de ensino públicas ou privadas, este estudo busca investigar através de pesquisa bibliográfica quais competências são essenciais exigidas para a atuação em tutoria, função esta de grande relevância que pode favorecer e qualificar o ensino e aprendizagem na modalidade de Educação a Distância.

Nesse sentido faz-se necessário discutir sobre as competências essenciais do trabalho do tutor na Educação a Distância, indagando quais as competências os tutores precisam desenvolver para o sucesso dos alunos, a importância deste trabalho visa analisar a função de tutoria e as

competências essenciais necessárias para a atuação destes profissionais, vislumbrando um atendimento de qualidade aos alunos que optam por cursos na modalidade a distância.

Dentre as competências, vimos como essenciais para atuação em tutoria,a sócio afetivas, pois o tutor deve desenvolver a empatia que facilita as relações e que para desenvolvê-la é preciso autoconhecimento e autocontrole, além de saber trabalhar as emoções. Como competência pedagógica, o tutor necessita ter domínio do conteúdo, saber planejar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem, precisa também ter o domínio tecnológico, a fim de auxiliar seus alunos e saber se localizar no ambiente virtual de aprendizagem. Na competência gerencial o tutor necessita da capacidade de propor, elaborar, implementar, implantar e avaliar ações de tutoria para a modalidade da Educação a Distância, em busca da qualificação de sua atuação em tutoria. Nesse sentido os objetivos deste artigo são identificar e definir as principais competências para um tutor da Educação a Distância de forma a ser um facilitador da aprendizagem dos estudantes e contribuir para o desenvolvimento desta, além de levantar as competências que favorecem o desenvolvimento do trabalho em tutoria.

Para está pesquisa, utilizaremos como metodologia o estudo bibliográfico de livro, revistas e de artigos científicos publicados na plataforma Scielo. Os referenciais teóricos, uma vez compilados, serão lidos, estudados e fichados a fim de confeccionar uma redação clara e organizada sobre os principais conceitos que embasam o tema gerador. Durante a redação do referencial teórico, lança-se mão da análise qualitativa e crítica sobre as diferentes concepções e entendimentos sobre tutoria. Nesse sentido, procura-se apresentar um texto claro e preciso, que servirá de consulta para diferentes públicos e que trará diferentes reflexões sobre o tema tratado.

OBJETIVO

Este artigo tem por objetivo analisar a relevância no papel do tutor a distância, apresentando suas atribuições e a necessidade desta função para a EAD, de interação entre o aluno e o conhecimento e pontuar alguns aspectos para que este profissional desempenhe seu papel de forma a atender melhor o aluno desta modalidade como também atender as necessidades do aluno quanto a ambientação.

METODOLOGIA

Para está pesquisa, utilizaremos como metodologia o estudo bibliográfico de livros, revistas e de artigos científicos publicados na plataforma Scielo. Os referenciais teóricos, uma vez compilados, serão lidos, estudados e fichados a fim de confeccionar uma redação clara e organizada sobre os principais conceitos que embasam o tema gerador. Durante a redação do referencial teórico, lança-se mão da análise qualitativa e crítica sobre as diferentes concepções e entendimentos sobre a tutoria. Nesse sentido, procura-se apresentar um texto claro e preciso, que servirá de consulta para diferentes públicos e que trará diferentes reflexões sobre o tema tratado.

DESENVOLVIMENTO

Este trabalho foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática da formação para atuação em tutoria no ensino a distância, considerando o histórico da Educação a Distância (EAD)com um olhar sobre as leis em vigor que regem a EAD no Brasil observando os tópicos que tratam especialmente sobre a implantação, implementação e acompanhamento desta modalidade de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de n° 9394/96, sancionada pelo Presidente da República em 20 de dezembro de 1996, no artigo de n° 80, trouxe amparo legal e muitas contribuições para a Educação a Distância. (MEC, 1996).

O Decreto n° 5.622 de 19 de dezembro de 2005, dividido em 6 capítulos, com 37 artigos e subdivisões em parágrafos e incisos, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, revogado pelo Decreto n° 9.057 de 25 de maio de 2017; foi considerado de caráter inovador, ao permitir que se desenvolvesse uma política nacional de

educação a distância e que se fixassem diretrizes norteadoras para os sistemas de ensino do país. Algumas críticas sobre a formatação desta modalidade de ensino no que se refere aos encontros presenciais, organização, orientação, acompanhamento e avaliação ainda reflete certa desconfiança e preconceito com relação a Educação a Distância no Brasil.

O Decreto n° 9.057 de 25 de maio de 2017, que revoga o Decreto n° 5.622 de 19 de dezembro de 2005, é dividido em 4 capítulos, com 25 artigos e subdivisões em parágrafos e incisos, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Nas disposições gerais do referido decreto, a EAD é tratada como uma modalidade educacional que permite mediação didático pedagógica no processo de ensino e aprendizagem, com utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, permitindo acesso,acompanhamento e avaliação a estudantes e profissionais da educação que estejam em espaços e tempos diferenciados. Esta modalidade de ensino poderá ser ofertada para a Educação Básica e Ensino Superior, com garantia de acesso, espaços e meios utilizados. Para criação, organização e oferta de cursos, deverá ser observada a legislação vigente e as normas específicas para a EAD. As sedes da instituição de ensino e polos de EAD deverão assegurar tempo, espaço e recursos para a realização de atividades presenciais, de tutorias, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratórios bem como a defesa de trabalhos, para atender ao disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Da oferta da modalidade a distância para a Educação Básica, atenderá ao Ensino Fundamental, em termos do artigo 9º e conforme §4° do artigo 32 da Lei 9394/96:

> O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, por motivo de saúde, em viagem para o exterior, moram em lugar que impede o acesso ao ensino presencial, por transferência para região de difícil acesso, em situação de privação de liberdade. (BRASIL,1996).

O Ensino Médio, nos termos do § 11 do art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996:

> Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:- Educação Profissional Técnica de nível médio; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial. (BRASIL, 1996).

O artigo 11 do referido Decreto, expressa que as instituições de Ensino Superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância para o Ministério da Educação para fins de avaliação, regulação e de supervisão, conforme a Lei n° 10.861/2004. No § 2º (...) É permitido credenciamento de instituições superiores exclusivamente para oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu para modalidade a distância.

As escolas do sistema de governo federal credenciadas pelo Ministério da Educação poderão ofertar seus cursos de pós-graduação lato-sensu, nas modalidades presencial e a distância. As instituições de ensino superior Estaduais e Distritais, deverão solicitar credenciamento ao Ministério da Educação para ofertar cursos de pós-graduação. Os processos de credenciamento e recredenciamento institucional, de autorização de reconhecimento de cursos superiores de modalidade a distância serão submetidos a avaliação na sede da instituição de ensino, com objetivo de verificar; metodologia, infraestrutura física, tecnológica e de pessoal, para desenvolvimento do previsto no Plano Institucional e Projeto Pedagógico de curso.

Os cursos de pós-graduação lato-sensu na modalidade a distância poderão ter as atividades presenciais realizadas em locais distintos da sede ou dos polos de educação a distância. A oferta de programas de pós-graduação stricto-sensu na modalidade a distância ficará condicionada à recomendação da CAPES, observada as diretrizes e pareceres do Conselho Nacional de Educação.

Na EaD, as aulas e o conteúdo do material didático constituem momentos de comunicação comuns a todos os alunos independente de sua localização geográfica,

grupo social e cultura. As atividades de aprendizagem desenhadas para adequar o global ao local e a tutoria se constituem como elementos de articulação desse conhecimento global com as especificidades de cada local, ou seja, conhecimento organizado no âmbito geral é localizado pelas atividades sugeridas para serem supervisionadas pelos tutores e desenvolvidas e aplicadas pelos alunos na sua comunidade.

Muitas instituições e, por consequência, muitos tutores adotaram as tecnologias digitais por modismo, por questões de marketing e custo. Utilizam os suportes digitais sem a devida adequação, preparação e conhecimento, deixando de propiciar ao aluno o que de melhor a tecnologia digital oferece (CORTELAZZO, 2009).

Acredita-se, fala-se e vivencia-se a educação e qualifica-lá como presencial, semipresencial ou a distância não significa alterar a sua essência, mas sim qualificá-la como referência às relações de espaço e tempo das ações educativas, ou seja, ação, colaboração, acessibilidade e equidade fazem parte da essência do tutor, na sociedade contemporânea.

Relacionado com o tema formação de professores discutiremos sua formação continuada visto que esse docente atuará diretamente na mediação do conhecimento, contribuindo para a formação moral e intelectual de outras pessoas. Com a chegada do século XX, conhecido como o século do conhecimento e da informação, ocorreram no meio social, econômico, político e cultural grandes mudanças graças às tecnologias dando origem à era da informação. A formação continuada dos professores é garantida pelo Decreto Nº 8.752 de 9 de maio de 2017, Art. 2, onde confirma a sua importância de acordo com os seguintes parágrafos:

> VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;
>
> IX - A valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho (BRASIL, 2017).

Cabe mencionar que o conhecimento é um processo contínuo, portanto, o professor não deve apenas contentar-se com o conhecimento adquirido durante sua graduação, deve considerar-se um eterno aprendiz. A sociedade viu-se perplexa e insegura colocada diante de novas concepções. O mundo mudou. Na área da educação e mais especificamente na formação de professores as diversas possibilidades desafiam os profissionais diante de novas formas de conhecimento, produção e socialização dos mesmos. Com especial destaque neste movimento encontra-se os professores da educação a distância atônitos com as novas formas de ensinar e de aprender, portanto, profissionais com um novo perfil são exigidos.

Segundo Tardif (2001), os professores são aqueles disseminadores do conhecimento que emanam a imagem de detentores do saber que atualmente após passarem por uma universidade não se sentem com bagagem suficiente e preparo para encarar a nova realidade social e a rapidez com que as informações são veiculadas e produzidas pela tecnologia.

Schulman (1987), postula que o professor precisa armazenar conhecimento nas diversas áreas, experiências diversas como um banco de dados que proporcione segurança para exercer o ofício docente. Schulman (1986, 1987) evidencia nesta busca pelo conhecimento dois pontos importantes: o conhecimento empírico para o magistério e a escolha pedagógica. O profissional deve ter conhecimento do conteúdo específico, meios pedagógico, estratégias pedagógicas para trabalhar o conteúdo adequado a um trabalho interdisciplinar entre outras áreas. Diante destas ferramentas o professor deverá adaptar conhecimentos relacionados ao contexto de vida de sua clientela, ao currículo e o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar que também deve ser estruturado de acordo com a comunidade onde se situa a escola. A presença das tecnologias digitais e metodologias podem surpreender sua forma de ler o mundo e consequentemente de ensinar e aprender.

Para Beherens (1997), é compromisso do professor tornar possível uma aprendizagem significativa, reflexiva que promulgue a cidadania considerando os diversos aspectos e os contextos que estão incluídos seus alunos, trabalhando conceitos raciais, sociais, históricos, de gênero e classe. Para Kenski (1998), o tutor

evidencia novos saberes docentes novos comportamentos de aprendizagem, novas racionalidades e novos estímulos.

A EaD aparece aqui como ferramenta que tem facilitado o acesso à informação proporcionando formação do profissional docente. É necessário assegurar uma formação docente que venha desmitificar o padrão positivista o qual não responde mais as demandas da atual sociedade, ponto nevrálgico para romper com antigos modelos educacionais e avançar em direção ao um paradigma inovador, não se deve negligenciar que o papel do professor vem exigindo novas competências.

Dentro dessa perspectiva temos a contribuição do Paradigma da Complexidade, que segundo Behrens (2009, p. 181), instiga os docentes a uma visão global, unificadora e integradora, fazendo com que o conhecimento faça parte de um todo acoplado a um contexto, uma trama complexa, sem divisões ,que contrariam as práticas atuais dos docentes diante de um ensino tradicional. Em resposta a essa postura faz-se necessário e urgente uma formação continuada. A formação docente não deve ser pautada apenas para que o professor saiba atuar em ambientes on-line e sim numa proposta pedagógica onde o professor tutor deve participar de sua criação colocando seu conhecimento educacional. A educação na visão newtoniana-cartesiana é de que a competência e habilidades são pautadas num conhecimento enciclopédico, entretanto essa concepção resultou em uma ruptura e deslocamento entre o conhecimento e a prática .Neste sentido compactuamos com Behrens (2007,p. 443) que afirma que a maioria dos professores contemporâneos do século XX forma formados por meio de capacitações e treinamentos. “Esse treinamento caracteriza-se por propostas estanques, em blocos, oferecidas de maneira complementar ou desenvolvidas por ciclos em busca do melhoramento e atualização periódica de profissionais por meio de cursos ou palestras”. Tais treinamentos não passavam de repetições de tarefas, que eram transmitidas aos alunos que por sua vez reproduziam as falas espelhadas em seus mestres de acordo com modelos e padrões preestabelecidos .Diante desse horizonte acreditava-se que o saber- fazer garantiria o saber-ensinar . Tais capacitações geravam um professor submisso que aceitava sem questionar o sistema repassando a seus alunos.Conforme Behrens (2007), nas décadas de 70 e 80 do século XX as capacitações na área da Educação, eram vistas como reciclagem e tinham por objetivo modelar ou remodelar a prática pedagógicas e determinavam que professores fossem multiplicadores mas, os mesmos tinham dificuldades em repassar as capacitações aos colegas.Nóvoa (1992,p.25) explica a razão de tais capacitações não se consumarem como exitosas, “A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimento ou de técnicas), mas sim por um trabalho de reflexividade crítica sobre a prática e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. Após a década de 80 a formação de professores recebeu um novo olhar e encarou o desafio de capacitar docentes por meio de workshops e cursos de extensão reduzida, que, segundo Behrens tinham o intuito de provocar porém não instrumentalizam os profissionais para uma mudança em sua prática pedagógica.

Faz-se necessário alguns conhecimentos específicos característicos da Ead para o preparo e planejamento didático, estratégias de interação e intervenção, aspectos tecnológicos, preparação para a navegação no ambiente virtual, esclarecimentos do papel do professor virtual e o compromisso do aluno.

Deve-se ter o cuidado na escolha de padrões que agreguem conhecimento e competência tecnológica relacionada dentro do contexto virtual paralelamente aos conteúdos, técnicas e metodologia utilizadas pelo docente on-line. A formação docente requer do tutor proficiência no que se refere as influências e mudanças provocadas pela tecnologia na educação e pela forma de ensinar e aprender.

A Universidade Aberta do Brasil foi criada em 2005 e instituída pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País", sendo gerenciada pela CAPES, como precursora do desenvolvimento da modalidade a distância como política pública de expansão, democratização do ensino.É público e notório a evolução no designe e qualidade de cursos superiores a distância promovidos pelo sistema UAB quando comparada com a educação a

distância tradicional, que dispunha de meios de comunicação que utilizavam suportes estáticos, como televisão, rádio, livros, sobretudo nas possibilidades de relações intersubjetivas..

A formação de professores EaD, deve promover um constante diálogo sobre as conquistas advindas da implementação da UAB e fomentar o campo de pesquisas em tecnologias de informação e comunicação. As novas ideias lançam-se em projetos da UAB que podem propiciar a revisão de nosso modelo educacional, em termos da modernização, gestão democrática e financiamentos, que poderá trazer importantes ações para a melhoria da qualidade da educação, tanto na utilização e implantação de tecnologias e metodologias inéditas ao ensino presencial quanto nos possíveis caminhos para garantirmos educação superior a distância com liberdade e flexibilidade.

É providencial ressaltara importância da oportunidade de ofertar educação superior por meio da modalidade a distância aos lugares mais longínquos do país. Essas ações, aliadas à constante reflexão e capacitação dos profissionais poderão contribuir para a inserção de diversas pessoas ao mundo acadêmico, melhorando assim, a qualidade do ensino no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação a Distância no Brasil (EAD), apesar de nova esta modalidade de ensino no país, trouxe perspectivas de formação nos diversos níveis de ensino e setores empresariais, estes que buscam atender às necessidades do indivíduo e preocupam-se em permitir o acesso à informação e aquisição de novos conhecimentos.

A Ead apresenta modelos de formação que atendem a interesses diversos, permitindo o acesso à informação, atualização e requalificação de forma rápida, com a utilização de tecnologias inovadoras que favorecem a aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal de n° 9394/96, no artigo de n° 80, regulamentado pelo Decreto n° 9.057 de 25 de maio de 2017, traz amparo legal e muitas contribuições para a Educação a Distância no Brasil.

Em busca de qualidade dos cursos oferecidos em Ead pelas instituições de ensino superior, a Proposta de Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, traz orientações que auxiliam as instituições de ensino superior na organização, implementação e implantação dos cursos nesta modalidade de ensino.

A prática de tutoria envolve compromisso, dedicação e habilidades específicas, para dar conta da demanda exigida na educação a distância. A atuação do tutor pode diminuir o distanciamento inerente a essa modalidade de ensino. As ações realizadas pelo tutor de provocar interações e criar desafios, estimulam à participação, incentivam à autonomia e colaboram muito para que o aluno não sinta-se solitário na aprendizagem, além de permitirem a construção de afetividade neste contexto educacional.

Garantir uma boa estrutura física e organizacional para o atendimento de qualidade aos estudantes deve ser compromisso das instituições que oferecem cursos em EAD. O poder público tem como responsabilidade a fiscalização, o acompanhamento e avaliação de todo o processo educacional com vistas a permitir a qualidade esperada nesta modalidade de ensino.

No Brasil há legislação que regulamenta a educação a distância mas não existe regulamentação da profissão de tutor. É importante que os professores que atuam como tutores na EAD, lutem para a valorização da função de tutoria e pelo investimento em aperfeiçoamento, capacitação e qualificação do Tutor, para que não haja a precarização do trabalho desses profissionais nesta modalidade de ensino.

Em suma, o tutor é um pesquisador na ação e, para tanto, se fazem necessárias mais pesquisas em seu campo de atuação, assim como pesquisas que sejam desenvolvidas pelos próprios tutores, de modo a se fazer ouvir a voz destes profissionais, melhorando cada vez mais suas condições de trabalho e, consequentemente, a qualidade da educação à distância.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M.; AMARAL, A. dos S.. **Competências essenciais na tutoria para um bom desempenho dos estudantes na modalidade a distância.** In: XIV EVIDOSOL e XI CILTEC - Online. Junho/2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/anais_linguagem_tecnologia/article/download/12200/10394> Acesso em 15 de jul. de 2020.

ALMEIDA, N. L. de O.; MARROIG, R.; PINTO, V. R. R.. **Competências e habilidades do tutor virtual que influenciam na aprendizagem dos alunos**. In: Revista Pensamento Contemporâneo em Administração.Rio de Janeiro. v. 8. n. 2. abr./jun. 2014. p. 144-166. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12712/rpca.v8i2.448> Acesso em 14 d jul. de 2020.

BEHAR, P. A., Org. **Competências em educação a distância**. Porto Alegre : Penso, 2013.

BERNARDINO, H. S. **A Tutoria na EAD: Os Papéis, as Competências e a Relevância do Tutor**. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Hebert_Bernardino2/publication/293824876. Acesso em 12 jul 2020.

BORGES, F. V. A., SOUZA, E. R. de**. Competências Essenciais ao Trabalho Tutoral:** um estudo bibliográfico. 2012. Disponível em: http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/sied/article/viewFile/178/85. Acesso em 12 jul 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Federal nº. 9.394**, de 20.12.1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http:/www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 5.622,** de 20.12.2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 9.057,** de 25.05.2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2005/Decreto/D5622. Acesso em: 03 jul. 2020.

CORTELAZZO, I. B. **Prática em EAD**. Curitiba: Ibpex, 2009.

ESQUINCALHA, A. C. **Conhecimentos revelados por tutores em um curso de formação continuada para professores de Matemática na modalidade a distância.** 2015. 170 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 22. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A. 1998.

FILHO, A. C.; SALES, V. M. B.; ALVES, F. C.. **A identidade docente do tutor da Educação a Distância**. In: SIED/EnPED**.** Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP. 2012. Disponível em: <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/Trabalhos/295-1015-1-ED.pdf> Acesso em: 15 de jul. de 2020.

GHEDINI, R. M.; STIVAL, M. C. E.E. **Gestão na Tutoria :Uma proposta de trabalho para os tutores da instituição de ensino Superior.** 2014. Disponível em: http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n7/ARTIGO-ROBSON-GUEDINI.pdf. Acesso em 12 jul 2020.

GIANNELLA, T. R.; STRUCHINER, M.e RICCIARDI, R. M. V. **Lições Aprendidas em Experiências de Tutoria a Distância: Fatores Potencializadores e Limitantes.** Laboratório de Tecnologias Cognitivas (Nutes/UFRJ) Apoio: CNPq, Capes. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0059.html Acesso em 18 jul 2020.

KENSKI, V. M. Aprendizagem mediada pela tecnologia. In: **Revista Diálogo Educacional.** São Paulo: Loyola, 1998.

KONRATH, M. L. P.; TAROUCO, L . M. R.; BEHAR, P. A.. **Competências: desafios para alunos, tutores e professores da EaD**. In: Novas tecnologias na Educação. CINTED - UFRGS, v. 7, n. 1, julho, 2009. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/13912> Acesso em 16 de jul. de 2020.

LESSA, S. C. F., **Os reflexos da legislação de educação a distância no Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_02.pdf Acesso em: 03 jul. 2020.

MILL, D.; FIDALGO, F. **Sobre uma tutoria virtual na educação a distância: caracterizando o teletrabalho docente**. Virtual Educa Brasil, 2007. Disponível em: http://recursos.portaleducoas.org/publicaciones/sobre-tutoria-virtual-na-educa-o-dist-ncia-caracterizando-o-teletrabalho-docente Acesso em 06 de ago. 2020.

MILL, D. et. al. **O desafio de uma interação de qualidade na educação a distância: o tutor e sua importância nesse processo.** In: Cadernos da Pedagogia**.** Ano 2, v. 2, n. 4, agosto/dezembro 2008. Disponível em: <www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/download/106/63> Acesso em 15 de jul. de 2020.

MILL, D.; RIBEIRO, L. R. C. e OLIVEIRA, M. R. G. orgs. **Polidocência na educação a distância: múltiplos enfoques [online**]. São Carlos: EdUFSCar, 2010. 200 p. ISBN 978-85-7600-3363-2. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Polidoc%C3%AAncia_na_educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia.html?id=EMR9BAAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false Acesso em 06 de ago. 2020.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya2.ed. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2000.

NÓVOA, A. **O professor e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERRENOUD, P.. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (orgs.). **PROFESSOR REFLEXIVO NO BRASIL** : gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

REIS,H. **Modelos de Tutoria no Ensino a Distância**. 2008. Dísponivel em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/reis-hiliana-modelos-tutoria-no-ensino-distancia.pdf. Acesso em 15 jul. 2020.

SCHLOSSER, R. L. **Atuação dos tutores nos cursos de Educação a Distância.** 2010. Disponível em: http://www.pead.ucpel.tche.br/revistas/index.php/colabora/article/viewFile/128/112. Acesso em 12 jul 2020.

SOUZA, M. G.. **A arte da sedução pedagógica na tutoria em Educação a Distância.** Ministério da Educação e Cultura – SEED – Proinfo. Abril de 2004. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/001-TC-A1.htm>. Acesso em: 14 de jul. de 2020.

TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Ensaio

O MERCADO FINANCEIRO E A PSICOLOGIA DO DINHEIRO

Milena Souza
Discente do 5º semestre do curso de Psicologia da Unisan
milena17souza17@gmail.com

Luis Antonio da Silva (orientador)
Psicólogo, Mestre com formação multidisciplinar em Administração, Comunicação e Educação, Especialista em Acompanhamento terapêutico e docente da Unisan
luisantonio.psicologo@outlook.com

O mercado financeiro é muito amplo se considerarmos as mais diferentes modalidades de negociações de títulos, dentre elas temos as ações, moedas, e os derivativos, dentre outras específicas para quem conhece e vivencia esse mundo de negócios.

Nestes vários contextos, encontramos o *Day Trader*, cuja atividade pode ser definida, de forma livre, como um certo tipo de modalidade de negociação que utilizada em mercados financeiros, e que visa essencialmente por atividade, obter o maior lucro possível em decorrência das varrições que decorrem ao longo do dia no mercado financeiro, especificamente nas práticas da bolsa de valores.

Historicamente não podemos desconsiderar que o mercado financeiro, especificamente o da bolsa de valores é um mercado que em sua trajetória sempre teve oscilações, não só em suas localidades, mas também com impactos de maneira global, como a chamada "quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e que levou a impactos importantes em outros mercados financeiros, além dos Estados Unidos.

Dessa forma, além das oscilações típicas de mercado, influenciadas por motivos de políticas internas e globais, as práticas diárias que envolvem aplicações nas bolsas de valores são consideradas como "uma verdadeira montanha russa" no que se refere especificamente ao quesito emocional. Que segundo o trader e YouTuber Marcelo Ferreira "o trader deve aprender a jogar com o tô rico, tô pobre" .

Essas operações na bolsa podem durar segundos, ou mesmo o dia inteiro. Mas, em nenhuma destas ocasiões a pessoa que dedica a vivenciar essa atividade não escapa de algumas questões que envolvem sensações de insegurança, ansiedade, ganância, medo ou mesmo algum tipo de desconforto "pré, durante ou mesmo pós operação".

A Bolsa de Valores – denominada de B3 no Brasil - abre seu pregão às 09:00 e encerra suas atividades às 18:00 e, dentro desse horário, acontecem as variações de

preços a cada segundo, para cada papel, simultaneamente.

Influenciados por notícias que abordam política, mercados locais e globais e da própria economia atual, os investidores conseguem ter uma certa base para realizar suas negociações na bolsa.

Muitas vezes através de análise de gráficos, chamados de *candles* em suas estratégias, qualquer pessoa que for maior de 18 anos de idade, e com uma conta ativa em corretora de valores, consegue realizar operações que envolvem compras e vendas de papéis por meios eletrônicos.

Isso se tornou possível com o fim do pregão por viva-voz em 2005, por conta da globalização e do aumento, uso e influência da internet.

É dito por alguns dos mais diversos profissionais que atuam ou conhecem esse mercado, que essa área exige um manejo de algo em torno de 20% de ações estratégicas e 80% de fatores ou mesmo questões emocionais. Mesmo entendendo a importância do autocontrole emocional existente esse ramo, pode ser considerado como incomum e por vezes raro, vermos um *trader* em acompanhamento psicológico.

Por conta disso, existem muitos investidores com capacidade de informação suficiente para uma boa negociação, mas sem condições emocionais para um bom gerenciamento das situações enfrentadas que esse tipo de negócio exige.

Assim como fez o personagem George no livro “A psicologia do dinheiro” (2019), a fim de economizar US$4,00 (quatro dólares) decide tomar o café gratuito do hotel, e na mesma noite não sentiu o peso em valor ao perder US$200,00 (duzentos dólares) em fichas no cassino.

Segundo os autores do livro “A Psicologia do Dinheiro” - Ariely e Kreisle (2019), existe uma pesquisa que relata o fato de ao fazermos nosso dinheiro ser materializado em fichas, cartões ou de forma virtual no computador, tendemos a gastar mais pelo fato sensorial de não estarmos vendo o dinheiro em papel se esvair. Pois o dinheiro é genérico, divisível, intercambiável e armazenável.

Como a ação do *day trader* é baseada em decisões de compra evenda, e isso envolve diretamente o seu dinheiro, para ganhar ou perder, essa ação envolve decisões difíceis de serem tomadas, essencialmente pelo custo de oportunidade.

Custos de oportunidade, de acordo com o livro "A psicologia do dinheiro", são alternativas, coisas de que nos privamos agora ou mais tarde, para que possamos fazer outras coisas. São as oportunidades que sacrificamos quando temos que optar por isto ou aquilo.

Como citado por Cecilia Barría, em recente artigo com o nome de "Como funciona a 'teoria do mais tolo', que pode levar pessoas a tomarem decisões financeiras erradas" , transmitida pela BBC News Mundo, também existe a “teoria do mais tolo” em que para uma venda ser bem-sucedida, é necessário que existam compradores interessados. E quando não há compradores, o último a comprar é o que foi o mais tolo.

> “Compramos o que não precisamos com dinheiro que não temos pra impressionar quem não gostamos e, no fim, ver que nem vivemos.”

A frase acima faz parte do diálogo de uma cena do filme “Clube da Luta”; denuncia que o homem ainda não sabe lidar com o

poder do dinheiro frente a uma sociedade capitalista, na qual palavras como “promoção” e “desconto” encantam os olhos do consumidor dando-lhe assim, a sensação de estar fazendo “um bom negócio” e economizando, mesmo que não tivesse necessidade do produto adquirido.

Sendo assim, podemos concluir de forma sucinta sobre o mercado financeiro e a psicologia do dinheiro que, no mercado financeiro existe a modalidade de d*ay trade*, pela qual o investidor é desafiado psicologicamente quanto às suas estratégias, todos os dias - seja pelas tomadas de decisão de compra e venda, assim como pelo gerenciamento do seu dinheiro. Esse contexto exige do indivíduo capitalista um confronto pessoal e diário para tentar o controle de algo que, apesar de inanimado, influência e determina seu estilo e qualidade de vida.

Referências de Leitura

BARRIA, C. Como funciona a 'teoria do mais tolo', que pode levar pessoas a tomarem decisões financeiras erradas. Artigo. BBC News Mundo. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56140492>. Acesso em 20 fev. 21.

Clube da Luta. Direção: David Fincher. Produção: Art Lisnon, Ceán Chaffin, Ross G. Bell. Local: Alemanha e Estados Unidos da América. Distribuidora: Fox Film do Brasil, 1999. Disponível no Amazon Prime Vídeo.

DAN, A., KREISLER, J. A. Psicologia do dinheiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2019.

INSENSE, Felipe. Oito lições do livro “A psicologia do dinheiro”: o que levar em conta na hora de gastar. Artigo. Editora Sextante. Disponível em < https://sextante.com.br/administracao-negocios-e-economia/oito-licoes-do-livro-a-psicologia-do-dinheiro-o-que-levar-em-conta-na-hora-de-gastar/>. Acesso em 05 dez.2020.

NORMAS GERAIS PARA PUBLICAÇÃO

A Revista Santa Rita tem por finalidade publicar artigos acadêmicos de seus professores, alunos e outros colaboradores, no intuito de difundir o conhecimento, promover a integração acadêmica e estabelecer um espaço no qual tanto o docente quanto o discente possam manifestar os resultados de sua produção intelectual e profissional. A Revista Santa Rita é publicada e difundida interna e externamente.

Os textos enviados serão submetidos ao Corpo Editorial, que dispõe de plena autoridade sobre a conveniência da publicação e poderá decidir pela aceitação ou não do trabalho, bem como eventualmente sugerir alterações de estrutura ou conteúdo ao(s) autor(es). As ideias e conceitos serão de exclusiva responsabilidade de seus autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da revista.

Os trabalhos deverão ser enviados para o endereço eletrônico: revista@santarita.br, gravados em formato .doc ou .docx, acompanhados por uma autorização de publicação em separado que deverá ser ratificada após a aceitação do trabalho. O envio dos trabalhos implica na cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a revista. O(s) autor(es) continua(m) a deter todos os direitos autorais para publicações posteriores do artigo, devendo, sempre que cabível, fazer constar a referência à publicação na revista. Os créditos dos autores deverão ser apresentados abaixo do título do trabalho, contendo: nome completo, sem abreviações do(s) autor(es), nome da instituição de origem, graduação, titulação e profissão, além do e-mail a ser divulgado na publicação.

Os textos deverão ser digitados em fonte Calibri 11 com espaçamento simples, justificado e sem numeração de páginas. As margens devem ser: superior - 3cm; inferior - 2cm; esquerda - 3cm; direita - 2cm. As notas explicativas devem ser apresentadas no rodapé de cada página, com numeração contínua. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas e toda a revisão ortográfica são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es).

O artigo deverá ser estruturado da seguinte forma: título, nome completo do(s) autor(es) com sua formação, titulação e atividade profissional atual, e-mail de contato, resumo com três a cinco palavras-chave (e os seus correspondentes em outra língua - inglês, francês, espanhol, alemão ou italiano). O texto poderá ter a seguinte estrutura: introdução (temática, justificativa, objetivos e metodologia), argumentação teórica, resultados, considerações finais, referências bibliográficas seguido por apêndices e anexos quando for o caso. As citações com mais de três linhas, deverão aparecer em parágrafo recuado, com espaço simples e fonte 9, seguidas de parêntese contendo o sobrenome do autor do referido texto em letras maiúsculas, ano de publicação e página(s) do texto citado; aquelas com menos de três linhas devem ser incorporadas ao texto, entre aspas, sendo a fonte citada da mesma forma que acima descrito, ou em nota de rodapé. As ilustrações devem seguir o padrão geral do texto e identificadas com título, legenda e referência. As referências bibliográficas deverão estar de acordo com as normas da ABNT (NBR 6023).

O Corpo Editorial não se obriga a publicar as colaborações que lhe forem remetidas. Os textos que não estiverem de acordo com as Normas Editoriais serão devolvidos para que sejam feitas as devidas alterações. Os trabalhos não publicados serão devolvidos aos seus autores desde que requeridos.